

84 notícias =

84
OUTUBRO
2010

TEMAS E NOTÍCIAS DA CIDADANIA E DA IGUALDADE DE GÉNERO



« A REPÚBLICA, MINHAS SENHORAS, NÃO SENDO UMA FORMA DE GOVERNO NOVA, NEM PERFEITA - PORQUE NÃO HÁ NADA QUE EM ABSOLUTO O SEJA - É NO ENTANTO MAIS LÓGICA, MAIS COMPREENSÍVEL À NOSSA INTELIGÊNCIA E MAIS TOLERÁVEL À NOSSA RAZÃO, DANDO-NOS TAMBÉM MAIS GARANTIAS DE PROGRESSO. »

ANA DE CASTRO OSÓRIO
NA FUNDAÇÃO DA LIGA
REPUBLICANA DAS MULHERES
PORTUGUESAS

AS MULHERES E A REPÚBLICA

**PONHA
FIM
À POBREZA**



**JUNTOS POR UMA SOCIEDADE
PARA TODOS**



**2010
Ano Europeu
do Combate
à Pobreza
e à Exclusão Social**



nesta edição tema de capa

As Mulheres e a República



A República revelou-se também uma aspiração feminina e contou com mulheres que se bateram pelos seus ideais antes e depois do 5 de Outubro, associando o combate político às suas próprias reivindicações. Pensaram, debateram, denunciaram, organizaram-se, actuaram, peticionaram, apresentaram soluções. Estiveram na rua pela República, sem abdicarem da obtenção de direitos para as mulheres portuguesas. Saudaram as medidas do Governo Provisório, rejubilaram com o simbolismo do voto solitário de Carolina Beatriz Ângelo, emocionaram-se na abertura da Assembleia Nacional Constituinte, censuraram o oportunismo e refutaram as incursões monárquicas, denunciaram as ditaduras e foram solidárias com os presos e deportados políticos. Reivindicaram-se como cidadãs entre cidadãos, reclamaram o voto, a instrução, salário igual para trabalho igual e a revisão do Código Civil.

na capa: composição gráfica incluindo um postal ilustrado da época (coleção particular) reproduzido no catálogo Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1ª República



10

Ao comemorar o Centenário da República deve dar-se visibilidade às feministas republicanas do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. O CNMP tinha um programa muito abrangente e queria federar as associações que se ocupam de «coordenar, dirigir e estimular todos os esforços tendentes à dignificação e a emancipação das mulheres».

notícias

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

COMISSÃO
PARA A CIDADANIA
E IGUALDADE
DE GÉNERO

DIRECTORA

SARA FALCÃO CASACA

COORDENAÇÃO

ANA BORGES
PAULA BRITO

GRAFISMO

3 CORES

IMPRESSÃO

SIG

TIRAGEM

4000 EXEMPLARES

DEPÓSITO LEGAL

87764/95

ISSN

0871-3316



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

AV. DA REPÚBLICA, 32 - 1.º
1050-093 LISBOA
TELEFONE: 217 983 000
R. FERREIRA BORGES, 69 - 2.º C
4050-253 PORTO
TELEFONE: 222 074 370
EMAIL: cig@cig.gov.pt
URL: www.cig.gov.pt

4

Editorial
Sara Falcão Casaca

5

Mensagem da SEI
Elza Pais

7

Homicídio Conjugal
Elza Pais

8

Mulheres e água
Sara Falcão Casaca

10

Mulheres e República
João Esteves

14

O Conselho Nacional
das Mulheres Portuguesas
Anne Cova

19

Exposição: Percursos,
conquistas e derrotas
Teresa Pinto

20

O levantar do véu
Ana Borges

22

A responsabilidade dos média
Clara Guerra Santos

23

Mudança de sexo e de nome
Odete Maia

24

Consolidar dinâmicas
e lançar novas redes
Teresa Alvarez

26

Educação, Género e Cidadania
Teresa Pinto

27

Desafiar a indiferença
Isabel Elias e Vitor Almeida

28

Autarquias
Igualdade na diversidade
João Paiva e Rita Paulos

29

Casa Eco Criativa
Joana Marteleira

30

Programa
SEM Violência Familiar
Marta Silva

31

Pensar os Afectos,
Viver em Igualdade
Marta Silva

32

Terapia inovadora
para mulheres vítimas
de violência na intimidade
Susana Mota

33

Pobreza no feminino

34

Notícias ainda tratam
homens e mulheres
de forma desigual
Maria João Silveirinha

36

Conselho Consultivo da CIG
– Secção Interministerial
Marinha Portuguesa

38

Conselho Consultivo da CIG
– Secção ONG
ILGA Portugal
APF
Amnistia Internacional
MDM
Rede
AJPaz
MARF

50

O modelo de Duluth
e a realidade portuguesa
Celina Manita



30

A CIG prossegue o esforço de combate à violência doméstica. Dá-se notícia, nesta edição, do programa SEM Violência Familiar, dos resultados do concurso Pensar os Afectos, Viver em Igualdade e da terapia inovadora disponível, na Região Norte, para mulheres vítimas de violência na intimidade.



34

Assinalam-se progressos na representação das mulheres na média. O número de mulheres jornalistas está a aumentar e as notícias feitas por mulheres tendem para um retrato mais equilibrado. Aqui se dá conta das conclusões do Global Media Monitoring Project.



36

O Conselho Consultivo da CIG é um órgão de apoio à tomada de decisão no âmbito do esforço nacional pela Igualdade e não discriminação. Integra uma Secção Interministerial e uma Secção ONG. Neste número, um artigo sobre as mulheres militares da Marinha Portuguesa bem como balanços breves da acção recente de sete ONG.

Recordar o papel das Mulheres no centenário da República



No ano em que o país comemora o centenário da implantação da República, este número do *Notícias* procura prestar homenagem às Mulheres que pugnaram pelos ideais republicanos e neles confiaram a conquista dos seus próprios direitos civis, políticos e sociais. Nas palavras aqui trazidas pelo historiador João Esteves,

a República revelou-se também uma aspiração feminina, onde se reivindicou o direito ao sufrágio e à cidadania, à instrução, ao salário igual para trabalho igual, à melhoria das condições de vida, à protecção da maternidade e à revisão do código civil de 1867 (à luz do qual, por exemplo, a mulher casada estava obrigada a prestar obediência ao marido, não estando autorizada, sem o consentimento dele, a administrar, adquirir ou alienar bens). Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda [ordenação alfabética] são nomes que, embora longe de esgotar as vozes e as intervenções republicanas e feministas da primeira vaga, se destacam como referências incontornáveis de um período em que, individual e colectivamente, se reclamaram medidas para alterar a «situação deprimente» (palavras de Carolina Beatriz Ângelo), de subalternidade, vivida pelas portuguesas. É conhecido o seu papel enquanto fundadoras da mais influente organização feminista da época – a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909), pese embora as consequentes divergências quanto a matérias como a abrangência do sufrágio ou o lugar da religião. Mulheres cujo nome aguardamos em todos os compêndios e manuais que retratem este período da História. «A República é, pois, também um pouco obra nossa, a nossa filha – não o esqueçamos. Por isso, o seu triunfo é o nosso triunfo, a sua alegria a nossa glória também» (Ana de Castro Osório).

As leis do Divórcio e da Família, introduzidas em 1910, após o triunfo da República, estabeleceram o princípio da liberdade e da igualdade entre os cônjuges (sociedade conjugal), tendo-se concretizado a revisão do código civil e a supressão do princípio do dever de obediência da mulher (embora se tivesse mantido a administração dos bens pelo marido). A I República não concedeu, porém, o sufrágio às mulheres, tendo mesmo, após o voto de Carolina Beatriz Ângelo (1911) – cujo estatuto se ajustava à Lei, por ser viúva e chefe de família –, clarificado que o direito

ao voto incumbia apenas aos «chefes de família do sexo masculino» (1913). Assim se defraudavam as expectativas das mulheres republicanas e a sua «legítima aspiração» de cidadania (mesmo no contexto das reivindicações mais moderadas). Como bem elucidada o artigo de Anne Cova, as mulheres viriam a persistir na luta pela igualdade efectiva de direitos, por uma sociedade republicana e democrática onde fossem reconhecidas como «cidadãs entre cidadãos».

Dois exposições procuram, em 2010, dar visibilidade a este percurso. Recentemente, em Outubro, foi inaugurada a exposição *Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na I República* (Biblioteca do Museu República e Resistência), que aqui nos é apresentada pela respectiva Comissária, Teresa Pinto. A norte, há a destacar a exposição *Carolina Beatriz Ângelo, Intersecções dos Sentidos, Palavras, Actos e Imagens*, patente no Museu da Guarda. De notar ainda que, por todo o país, organizações não governamentais – e designadamente as organizações não governamentais que integram o conselho consultivo da CIG e intervêm no domínio dos direitos das mulheres –, assim como investigadores e investigadoras, peritos e peritas em igualdade de género, têm evocado o contributo das Mulheres na I República, tanto do ponto de vista político como social, consagrando-o devidamente na nossa memória colectiva.

De sublinhar, por fim, o papel da CCF/CIDM/CIG, aqui recordado por Ana Borges, de publicação de estudos sobre o tema, além da notável recuperação de um passado feminino e feminista, expresso num acervo bibliográfico (Núcleo Reservados) superior a duas mil obras, incluindo de mulheres republicanas.

No resgate da memória de lutas passadas e das suas protagonistas, compreendemos melhor as conquistas alcançadas, mas eleva-se também o sentido de responsabilidade perante os desafios do presente...

«Eis o motivo porque eu, como mulher e como feminista, aceito a política como arma de libertação e desejo que a mulher, ao entrar nela, não vá para o campo mesquinho dos interesses pessoais, mas para o largo horizonte das reformas sociais.» (Discurso de Ana de Castro Osório na sessão fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, 28/08/1908 cit. in João Esteves, *Mulheres e Republicanismo, 1908-1928* CIG, Colecção Fio de Ariana, 2008, pág. 68.) ■



A Igualdade neste milénio*



Há precisamente quinze anos, em 1995, realizou-se em Pequim a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, de onde resultaram a Declaração e a Plataforma de Acção de Pequim. A Declaração, eminentemente política, é um programa destinado ao empoderamento das mulheres de todo o mundo e à eliminação de obstáculos à participação activa de mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Reafirma-se o princípio de que os direitos humanos das mulheres são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos, e que a igualdade entre homens e mulheres é uma condição de justiça social e um requisito necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz.

Na Plataforma de Acção, doze áreas críticas foram então enunciadas, com o compromisso de Governos, comunidade internacional e sociedade civil definirem acções estratégicas que permitissem a sua superação.

Na Plataforma de Acção, doze áreas críticas foram então enunciadas, com o compromisso de Governos, comunidade internacional e sociedade civil definirem acções estratégicas que permitissem a sua superação.

1. **A pobreza.** Cerca de 70% a 80% de mais de mil milhões de pessoas em situação de pobreza são mulheres.
2. **Educação e formação.** Mais de dois terços da população mundial analfabeta são mulheres.
3. **Saúde.** A privatização dos sistemas de saúde, sem garantias adequadas de acesso universal e em condições de igualdade, penaliza gravemente as mulheres.
4. **Violência.** A violência contra as mulheres viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres, com consequentes custos sociais e económicos para as sociedades.
5. **Conflitos armados.** Mulheres e crianças configuram cerca de 80% das pessoas refugiadas e desalojadas em todo o mundo, devido a cenários de guerra.
6. **Economia.** As mulheres estão praticamente ausentes da tomada de decisão económica, incluindo na formulação de políticas financeiras, monetárias, comerciais, sistemas fiscais e regimes salariais. Daqui decorre, entre outros, o actual «gap» salarial que se verifica entre homens e mulheres, em que estas últimas ganham, em média, no espaço da UE, cerca de 18% menos que eles.
7. **Poder e tomada de decisão.** A participação das mulheres em igualdade na tomada de decisão política qualifica a democracia e promove o desenvolvimento.
8. **Mecanismos institucionais para o progresso.** Um pouco por todo o mundo, estruturas como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género têm-se revelado fundamentais no desenho e implementação de políticas públicas de igualdade.

9. **Direitos Humanos.** Os direitos são efectivamente humanos se igualmente considerados para homens e para mulheres.
10. **Meios de comunicação social.** A falta de sensibilidade para as questões de género nos média é evidenciada pela profusa difusão de estereótipos baseados no sexo em televisões, rádios, jornais e *web*.
11. **Meio ambiente.** As mulheres são cerca de 70% a 80% das vítimas de catástrofes naturais, tendo pois um papel preponderante no desenho e implementação de políticas de combate às alterações climáticas e de protecção da biodiversidade.
12. **Jovens raparigas.** A discriminação e negligência de que são objecto as jovens raparigas durante a infância são o início de uma espiral descendente de privações e de exclusão social, podendo perdurar toda a vida.

Passados quinze anos, muitos foram os progressos em Portugal e no mundo, mas muito há ainda por fazer. Portugal tem pautado a sua acção pela implementação de Planos Nacionais para a Igualdade, Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica, Planos Nacionais Contra o Tráfico de Seres Humanos, como grandes instrumentos de política nacional. Criou um eixo do Programa Operacional Potencial Humano – Quadro de Referência Estratégico Nacional – destinado exclusivamente à promoção da Igualdade de Género, com uma dotação de 83 milhões de euros para o período 2007-2013. Aprovou a Lei da Paridade. Reforçou os mecanismos de protecção das mulheres vítimas de violência doméstica e punição dos agressores com a nova Lei de 2009. Aumentou a dotação financeira para os projectos de empreendedorismo feminino. Desenvolveu políticas de cooperação entre governo central e autarquias para a promoção da igualdade a nível local. Ou seja, todo um caminho de combate à discriminação e afirmação da Igualdade.

Este caminho teve reconhecimento internacional, na recente sessão do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Julho, em Nova Iorque, onde foi apresentado um relatório nacional voluntário sobre as políticas de igualdade nacionais e na área da cooperação para o desenvolvimento. Construir uma nova civilização, mais livre de discriminação, mais amiga do ambiente, mais conciliada nos seus tempos e vontades e mais promotora de igualdade de oportunidades, não é uma inevitabilidade. Todos ganham e ninguém perde. Os Direitos só serão verdadeiramente Humanos, quando forem para todas as pessoas.

Michelle Bachelet recentemente nomeada para a nova agência das Nações Unidas, United Nations Women, vai dar um novo impulso ao dossier mundial da igualdade de género e, como disse Ban Ki-moon, melhorar a vida de milhares de mulheres em todo o mundo. ■

Fórum de alto nível da ONU realça papel das mulheres na promoção do desenvolvimento mundial

Reafirmando o papel vital das mulheres como agentes de desenvolvimento, os ministros e chefes de delegação que participaram no debate de alto nível da sessão de fundo de 2010 do Conselho Económico e Social (ECO-SOC) declararam que a igualdade de género, o empoderamento das mulheres, o pleno gozo dos seus direitos humanos e a erradicação da pobreza são essenciais para o desenvolvimento económico e social, incluindo a realização de todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). O debate, iniciado a 28 de Junho, incluiu também o Exame Ministerial Anual, durante o qual seis países em desenvolvimento (Brasil, Guatemala, Moldávia, Mongólia, Namíbia e República do Congo) e sete países desenvolvidos (Austrália, França, Países Baixos, Noruega, Portugal, República da Coreia e Estados Unidos) fizeram intervenções voluntárias sobre acções destinadas a integrar uma perspectiva de género em todos os sectores e a alcançar as metas internacionais relacionadas com a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.

Os treze países focaram os progressos alcançados e actuais desafios, 15 anos depois da adopção da histórica Plataforma de Acção de Pequim, mas cada um deles destacou um aspecto específico. Portugal, por exemplo, referiu a nomeação de uma Secretária de Estado da Igualdade bem como a determinação do Governo em abordar questões sensíveis como os direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva e a cooperação para o desenvolvimento orientada para questões de género, no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Elza Pais, Secretária de Estado para a Igualdade, explicou, na primeira parte da sua intervenção, que o relatório nacional descreve a acção levada a cabo pelo Governo português para pôr em prática as estratégias e políticas de desenvolvimento nacional. Enumerou as diversas prioridades da cooperação portuguesa para o desenvolvimento e os seus principais beneficiários, descreveu o quadro institucional criado e destacou os princípios de coesão das políticas e de eficácia da ajuda, bem como a importância da criação e consolidação de parcerias com o conjunto da sociedade civil. Salientou, em seguida, que os planos nacionais visavam combater a violência de género e outros tipos de violência contra a mulher, um crime em Portugal, bem como o tráfico de pessoas e apresentou um filme sobre algumas importantes campanhas de sensibilização. Chamou a atenção para o papel da legislação sobre a participação das mulheres na vida política, desde o fim da ditadura, afirmando que as mulheres poderiam ajudar a tornar a democracia melhor. Informou que, dentre os 16 actuais ministros, cinco são mulheres e acrescentou que o Governo estabeleceu várias quotas para garantir uma participação adequada das mulheres em cargos políticos.

In Boletim do Centro de Informação Regional das Nações Unidas | UNRIC

A acaba de ser lançada uma nova edição, revista e actualizada, do livro *O Homicídio Conjugal em Portugal*, de Elza Pais. Trata-se de um estudo único no país, baseado em trabalho de campo levado a cabo junto de um universo representativo de pessoas condenadas por homicídio conjugal ou relacionado com a conjugalidade. A análise dos dados recolhidos permite reflexões surpreendentes: ao lado das imagens contemporâneas da família refúgio, lugar de intimidade, autenticidade, afectividade e privacidade, temos indesmentíveis sinais de um reverso dramático: mentira, opressão, subjugação, a família geradora de violência, quando não de morte. Enquadrando a violência doméstica no quadro geral da violência, os dados revelam que a família é o local onde existe maior violência, mais do que em qualquer outro meio social. Vinte e cinco por cento da criminalidade registada ocorre no seio da família, uma percentagem que seria ainda maior se todos os casos de violência que aí ocorrem fossem denunciados.

Nos dois prefácios do livro, Nelson Lourenço, na primeira edição, e Laborinho Lúcio, na segunda, destacam a qualidade e actualidade desta investigação. «Este é um trabalho sobre gente, tomada no mais íntimo da sua complexidade e da sua dimensão paradoxal», escreve Laborinho Lúcio, acrescentando: «Mas é também uma obra sobre os valores, sobre o sentido das relações entre sujeitos portadores da dignidade humana, sobre a responsabilidade social e política, sobre a importância dos direitos e do seu reconhecimento no outro, enfim, sobre o valor do outro.» Nelson Lourenço, por seu lado, destaca as qualidades da investigação: «Recorrendo a metodologias quantitativas e qualitativas, a autora criou as condições para um estudo que concilia a leitura sociográfica do homicídio conjugal com o aprofundamento da análise da ruptura violenta da conjugalidade. Para além da anatomia do crime, ensaia-se a sua leitura compreensiva.»

Elza Pais tem uma carreira de investigação, académica e política dedicada a temas fracturantes da vida social, como a reinserção social de delinquentes, a prevenção das toxicodependências, o combate à violência contra as mulheres, a promoção da igualdade de género e a luta contra todas as formas de discriminação. É, desde Outubro de 2009, Secretária de Estado da Igualdade do XVIII Governo Constitucional.



Homicídio conjugal em Portugal

Rupturas violentas da conjugalidade

Mais do que um livro, trata-se de um percurso. Dá-nos conta das contradições e dos paradoxos da vida, onde o amor, o ódio e a violência se misturam. Trata a vida de Mulheres e Homens que ao tirarem a vida a outros, também ficaram com menos vida. Subtraíram em vez de somarem, e o resultado desta equação é que ninguém ganha, todos perderam. Ao destruírem o outro, também se destruíram.

A literatura é talvez o espelho mais persistentemente disponível para percebermos as contradições e subtilezas dos processos históricos de violência de género. Apenas algumas referências que gostaria de aqui deixar. Virginia Woolf quis mostrar na sua obra de que forma a sociedade patriarcal infligia às mulheres a maior de todas as violências e criava barreiras à criatividade feminina. As mulheres eram educadas para a renúncia, o que se tornava num processo doentio de que as mulheres vitorianas são disso exemplo. Mostrou de que forma o modelo de desenvolvimento feminino é sempre feito em termos de alternativa e nunca de complementaridade.

A mulher viu-se sempre obrigada a sacrificar uma vida (privada), para poder ter a outra (pública). Clarissa, em *Mrs. Dalloway*, reconhece que o processo de constituição da identidade feminina é doloroso e complexo, feito de inibições e renúncias «pode afirmar-se que a feminilidade normal é algo de frágil e delicado que se constitui como o saldo positivo de um somatório de perdas». Apesar dos seus esforços como mãe, esposa e anfitriã, Clarissa sente um enorme vazio. A

resolução do conflito edipiano teve um preço muito alto, porque a obrigou a uma escolha entre dois afectos de sinal contrário, em que um continha em si a aprovação da sociedade, e o outro era, por essa mesma sociedade, rejeitado como desviante. Não se tratava de uma escolha, mas de uma renúncia em nome das convenções. A mulher em Virginia Woolf vive a violência da renúncia para não sofrer a violência da condenação pública ou da loucura. A violência reside numa lógica que impedia o acesso da mulher à cultura e aos centros de poder. A violência contra as mulheres, além de ser uma experiência limite e extrema, é também o emblema da opressão que a sociedade patriarcal impôs durante séculos às mulheres.

Compreender este fenómeno implica entrar na história para destruir o «mito». O sofrimento dessas vítimas, para

as quais não havia qualquer tipo de apoio privado ou público, testemunha bem o contexto social do Ocidente até à II Guerra Mundial. O problema da violência conjugal faz parte integrante da luta pela igualdade e pela emancipação, não somente porque os movimentos feministas o afirmaram, mas também porque a nossa sociedade privilegia a realização da pessoa e a emancipação individual, sendo que aí a violência constituiu um obstáculo mortífero.

A diferença dos sexos traduziu-se numa hierarquia que beneficiou os homens. Mas, no final dos anos 80, levantou-se por todo o lado um clamor pelo chamado «direito à diferença» e pela «igualdade na diferença». É em Pequim, em 1995, na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, dez anos após o «decénio das mulheres», que as Nações Unidas reafirmam a sua vontade de promover mais a igualdade entre homens e mulheres sempre segundo os mesmos princípios: igualdade, desenvolvimento e paz. As políticas em curso em Portugal beberam aqui a sua inspiração.

Mas, se este fenómeno universal da dominação masculina é cultural, logo pode ser modificado. Pois, tal como nos últimos 35 anos as mulheres controlam a reprodução no ocidente, também faz sentido que comecem a controlar este tipo de dominação. Neste estudo vê-se bem o empoderamento das mulheres nestes últimos 10/15 anos. Hoje, recorrem menos à violência para pôr fim à violência que lhes é infligida, procurando soluções não violentas para a conflitualidade conjugal que vivenciam.

O aumento do homicídio conjugal por parte dos homens alerta-nos para a necessidade de continuarmos a promover uma cultura para a cidadania e para a igualdade, sobretudo junto dos mais jovens, onde se valorize o respeito pelo outro, a partilha e a responsabilidade colectiva. Hoje, fala-se (e activistas homens defendem) numa nova masculinidade. Uma redefinição dos poderes, de modo a que os homens (pessoas) se permitam sentirem-se poderosos, sem por essa razão terem que ser sexistas. Ou, como diz Elizabeth Badinter, é importante que aprendam a impotência e a fragilidade para serem melhores pessoas. É este o desafio da modernidade: construir novas masculinidades. A democracia, sempre imperfeita, ganha-se com pequenos passos. Tal como não existe uma única feminilidade, também não existe uma masculinidade universal, mas múltiplas masculinidades, sendo nesta diversidade que se expressa a complexidade do real, e nela residem também as potencialidades de mudança. ■

*Excerto da intervenção da autora na sessão de lançamento do livro em Lisboa, 2 de Junho de 2010, Livraria Ler Devagar
In Boletim UNRIC*



Mulheres e água

A escassez de água potável é um dos maiores problemas contemporâneos. Estima-se que mais de 230 milhões de pessoas vivam hoje em países onde a privação de água é severa. Trata-se de uma carência que não afecta todas e todos de igual forma: a estratificação social é impiedosa; assim, quando a água potável é escassa, há sempre uma minoria que a consegue adquirir e saciar-se com os recursos de melhor qualidade. Dito de outro modo, a privação cruza-se com as estruturas de dominação asentes na classe social, na religião, nas castas de pertença, na idade e no género.

É reconhecido o papel fundamental que as mulheres desempenham nos países em desenvolvimento. Como refere um relatório da UNICEF, de 2010 (*Progress in Sanitation and Drinking-water*, WHO) naquelas famílias privadas de acesso à água potável, são as mulheres (em cerca de 2/3 dos agregados dos 45 países em desenvolvimento analisados) que se deslocam para a obter, frequentemente por trajectos demorados, não raras vezes poucos seguros; são maioritariamente elas que percorrem extensos quilómetros, por longos períodos de tempo, para conseguir água que possa ser consumida pelos membros da família – mesmo que, dentro desta esfera, a distribuição seja frequentemente assimétrica e as secundarize no proveito...

Em 12% dos agregados são as crianças que se deslocam e carregam os recipientes de água (neste caso, a percentagem de raparigas duplica a dos rapazes). São, portanto, essencialmente as mulheres e as raparigas que recolhem cada litro de água, seja para cozinhar, tomar banho, atender aos cuidados de saúde e de higiene básicos, para dar de beber aos animais domésticos e/ou para regar vegetais e frutos indispensáveis ao consumo e sobrevivência do agregado.

Outro documento, da UNIFEM (*UNFEM at Glance – Women and Water*), dá-nos conta de que são percorridos, em média, 10 a 15 quilómetros, requerendo o dispêndio de 8 ou mais horas por dia e equivalendo a cargas de 15 litros por viagem/deslocação. Os custos para a saúde física são elevados, causados designadamente pelo esforço físico e dispêndio calórico, pelo elevado peso da carga, pela falta de condições sanitárias durante os per-

curso, de entre outros riscos para a saúde e segurança pessoal. Muitas destas mulheres e raparigas permanecem em longas filas de espera; quando não conseguem a quantidade de água necessária, impõe-se a deslocação, de novo, para outro ou outros locais, onde voltam a aguardar pela sua vez... Como pode facilmente ser inferido, muitas ficam sem tempo para frequentar a escola, procurar e sustentar uma actividade remunerada, participar em actividades culturais, políticas, onde possam ter voz e mudar as suas condições de vida... Também o valor económico (usualmente não estimado...) deste trabalho é muito expressivo. Citando o mesmo relatório, só na Índia as mulheres empregam 150 milhões de dias de trabalho anuais na recolha de água. É, pois, fundamental que uma perspectiva de género seja contemplada e integrada nas decisões relativas ao acesso e gestão de recursos naturais, designadamente os hídricos.

Proponho-me também abordar a relevância da integração da Igualdade de Género nos programas de cooperação para o desenvolvimento. Esta dimensão constitui, aliás, uma das cinco áreas estratégicas de intervenção contempladas no III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género, cuja execução incumbe à CIG coordenar. E merecerá a nossa atenção/preocupação em sede de elaboração de um novo PNI. Queremos apoiar a promoção de práticas de boa governação, o desenvolvimento sustentável e a educação para o desenvolvimento, com base numa estratégia de mainstreaming de género e visando a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Como se sabe, assumindo que a desigualdade de género é um travão à erradicação da pobreza, ao crescimento económico e ao desenvolvimento humano, o terceiro objectivo para o desenvolvimento do milénio (*millennium development goal*) é a promoção da igualdade de género e o empoderamento/capacitação das mulheres. Deste modo, até 2015, os estados-membros das Nações Unidas comprometem-se em concretizar este objectivo, entre outros. Os valores de referência consagrados durante a Cimeira do Milénio foram fundamentalmente os da Igualdade, Liberdade, Solidariedade e Respeito pelo Meio Ambiente.

Sabemos que a pobreza atinge sobremaneira as mulheres e as crianças nestes países – e, também, que é um fenómeno complexo, multidimensional e que não se esgota na privação material. A prevalência da pobreza feminina nos países em desenvolvimento requer que se atente na integração da perspectiva de género e no apoio a acções específicas, orientadas para mulheres e locais onde sejam mais vulneráveis.

A CIG está disponível para continuar a colaborar (e aprofundar a colaboração) em programas da cooperação portuguesa que contemplem a perspectiva da Igualdade de Género. De resto, acompanhamos de perto – e com grande interesse – as várias resoluções emanadas de diferentes instâncias, designadamente das Nações Unidas – que são fortemente inspiradoras e dinamizadoras de uma aliança para a cooperação - relativas à promoção da mulher e direitos humanos, aos direitos das mulheres na esfera económica e laboral, na saúde, habitação, educação; relativas à situação das mulheres migrantes (e às dificuldades específicas com que se confrontam nos locais/países de acolhimento), ao combate à violência contra as mulheres e ao tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral e sexual, à erradicação da mutilação genital feminina e dos casamentos forçados e precoces; no mesmo registo, contam-se as resoluções emanadas a respeito dos cuidados VIH/SIDA, dos crimes de honra cometidos contra as mulheres, em redor da libertação de mulheres e crianças reféns em contexto de países armados, do papel das mulheres na pre-

venção e resolução de conflitos e a construção da paz (como é o caso da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada a 31 de Outubro de 2000), assim como na protecção e sustentabilidade ambiental.

Como firmado num dos relatórios do Banco Mundial, de 2002, «a igualdade de género é uma questão que se prende com a efectividade do desenvolvimento, não apenas uma questão do que é politicamente correcto ou de bondade para com as mulheres». (CIDM, Colecção Bem-me-Quer, n.º 16:22.)

Sempre que a missão da cooperação portuguesa procurar contribuir para o desenvolvimento económico e social, para a consolidação da paz, da segurança, da democracia participativa e representativa, e dos direitos humanos, designadamente dos países lusófonos, a CIG estará empenhada em aliar a promoção da qualidade da cidadania, dos direitos das mulheres e a igualdade de género em geral. São estes também os pré-requisitos de um mundo melhor, mais justo, solidário e inclusivo.

Parabéns por esta iniciativa que nos desafia a reflectir e a tomar posição sobre uma matéria tão fundamental, embora ainda pouco considerada nos espaços de discussão em que habitualmente nos movemos. ■

**Presidente da CIG.*

*Intervenção no Seminário da UMAR Mulheres e Água,
18 de Maio de 2010, FCG, Lisboa*



Mulheres e República

Na passagem do I Centenário da implantação da República, importa reflectir sobre alguns pontos que a associaram à longa e inacabada caminhada das mulheres pela cidadania.

1 O primeiro diz respeito a algo que, passadas tantas décadas, começa finalmente a ser uma evidência: a República revelou-se também uma aspiração feminina e contou com mulheres que, individual e colectivamente, ousaram bater-se pelos seus ideais antes, durante e depois de Outubro de 1910, associando o combate político às suas próprias reivindicações. Ao longo de 20 anos, entre a fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908) e o Segundo Congresso Feminista e de Educação (1928), marcaram presença, fizeram a diferença e abriram caminhos ao futuro possível de outras mulheres: pensaram, debateram, denunciaram, organizaram-se, actuaram, peticionaram, apresentaram soluções.

Estiveram na rua em nome da República, pela República e para celebrar a República, sem abdicarem da obtenção de direitos para si. Acreditaram que tal só era possível com a mudança de regime, saudaram as medidas do Governo Provisório, rejubilaram com o simbolismo do voto solitário de Carolina Beatriz Ângelo, emocionaram-se na abertura da Assembleia Nacional Constituinte, censuraram o oportunismo dos «adesivos», refutaram as incursões monárquicas, denunciaram a Ditadura de Pimenta de Castro e o Sidonismo, recusaram a neutralidade, ampararam os soldados mobilizados durante o conflito mundial, organizaram Congressos e foram solidárias, sob a Ditadura Militar, com os presos e deportados políticos.

Reivindicaram-se como cidadãs entre cidadãos, reclamaram o voto, a instrução, salário igual para trabalho igual e a revisão do Código Civil. Preocuparam-se com a prostituição e a mendicidade infantil.

2 O segundo ponto envolve a celebração do Centenário. Pela primeira vez assiste-se, nos múltiplos eventos realizados ou programados, fossem eles de carácter nacional ou local, oficial, académico, escolar, associativo ou informativo, envolvendo a edição de livros, blogosfera e imprensa escrita, rádios e canais televisivos, à preocupação (mesmo que superficial) da inclusão das mulheres enquanto intervenientes no contexto histórico desse período. E até as tendências monárquicas as têm incluído em análises recentes.

Aquelas começam – timidamente - a ocupar os seus lugares depois de abafadas durante décadas, suprimidas dos manuais escolares, excluídas de dicionários e obras de referência, ignoradas na academia, arredadas de conferências, colóquios e congressos, emudecidas pelas sucessivas historiografias dominantes e para o qual muito contribuiu o silenciamento, incompreensões e deturpações a que, globalmente, a época da I República esteve sujeito durante gerações, por força da Ditadura Militar, que lhe pôs termo, e da glorificação do Estado Novo.

Este Centenário tem, pois, reforçado outros olhares sobre o passado revisitado, acompanhado de reflexões e redescobertas do que não se queria ver por opções políticas, ideológicas, historiográficas, memorialistas ou misóginas.



3 O terceiro ponto recoloca o papel interventivo da elite feminina nos derradeiros anos da Monarquia. A discussão, organização e mobilização das mulheres em torno dos seus direitos não se processou a reboque do republicanismo em crescendo, mas teve uma via própria e, inicialmente, autónoma, com recurso à palavra escrita na imprensa e à dinamização, em 1906 e 1907, de agremiações feministas de cariz pacifista e maçónico.

Assim, quando há 100 anos triunfou a República, já era uma realidade a participação política, associativa e cívica de escritoras, médicas, professoras, educadoras, jornalistas e domésticas que questionavam a submissão e menorização em que viviam as portuguesas, consubstanciadas no Código Civil e na expressiva taxa de analfabetismo (85,4%, em 1890, 85%, em 1900).

Primeiro, em Maio de 1906, formalizou-se a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz, em sessão presidida por Olga de Morais Sarmento da Silveira (1881-1948), escritora monárquica, secretariada pelas médicas Emília Patacho (1870-1940) e Domitila de Carvalho (1871-1966): tratou-se, segundo a jornalista Virgínia Quaresma (1882-1973), Secretária da Direcção, do primeiro episódio público declaradamente feminista e que marcou a passagem das palavras à intervenção colectiva organizada. Seis meses depois, Madeleine Frondoni Lacombe (1857-1936) foi indigitada para preparar, em Portugal, um núcleo da associação francesa La Paix et le Désarmement par les Femmes, dirigida por Sylvie Petiaux-Hugo Flammarion. Ambas albergaram responsáveis e associadas comuns e reuniram, temporariamente, sob o mesmo tecto monárquicas, republicanas e maçónicas.

O ano de 1907 assinalou a caminhada comum entre feministas e maçonaria, ao iniciarem-se, na Loja Humanidade do Grande Oriente Lusitano Unido, Adelaide Cabete (Louise Michel), Ana de Castro Osório (Leonor da Fonseca Pimentel), Carolina Beatriz Ângelo (Lígia) e Maria Veleda (Angústias). Durante duas décadas, líderes e dezenas de propagandistas foram maçons e a importância histórica desta proximidade está comprovada na missão secreta atribuída a Adelaide Cabete e Beatriz Ângelo pelo Grão-Mestre da Maçonaria, José de Castro, para a confecção «no prazo máximo de 48 horas» de 20 bandeiras «verde-rubras» a serem desfraldadas aquando da revolução.

Formar uma organização estritamente feminista era uma aspiração desde o início do século XX e materializou-se com o aparecimento, também em 1907, do Grupo Português de Estudos Feministas, liderado pela escritora Ana de Castro Osório (1872-1935): constituiu um marco ao incorporar o termo feminista no nome e indiciar a preponderância das republicanas e maçónicas. Entrincheirado entre o feminismo pacifista e a influência do republicanismo na elite feminista, as actividades esfumar-se-iam em 1908, com a formação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e o incómodo político dos vocábulos «feminismo» e «feminista», ainda em voga na imprensa da época.



4 O quarto ponto diz respeito à «republicanização» das mulheres, sendo que a conjuntura política vivida a partir do regicídio revelou-se determinante para que os líderes republicanos influenciassem os caminhos do(s) feminismo(s) português. O envolvimento de mulheres na esfera política sobressaiu nesse ano e coadunava-se com os esforços desenvolvidos pelo Partido Republicano de fazer triunfar a República. Maria Veleda, nas Memórias, retrata essa caminhada durante a Monarquia, esclarecendo como se estabeleceu a convivência e aconteceu a participação em conferências, colaboração na imprensa, discursos em romagens e sessões, bem como o papel do PRP na formação da LRMP (1908-1919), caucionada por António José de Almeida (1866-1929), Bernardino Machado (1851-1944) e Magalhães Lima (1850-1928) com o objectivo prioritário de engrossar a propaganda.

Moldada pelas líderes do feminismo português da primeira vaga – Adelaide Cabete (1867-1935), Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), Maria Veleda (1871-1955), quarteto que já tinha colaborado no Grupo Português de Estudos Feministas – aglutinou as republicanas e sobressaiu durante uma década como o mais forte e estruturado grupo de pressão feminino, já que era a organização com mais associadas e núcleos locais e dispôs de imprensa própria e acesso privilegiado aos órgãos de propaganda republicana. No entanto, ao acolher feministas republicanas, republicanas feministas, feministas sufragistas, feministas anti-sufragistas, feministas anti-clericais, livre-pensadoras e feministas que tentaram a via da independência política e respeito por todas as crenças religiosas, sobreveio no seu núcleo uma tensão latente entre as que se afirmavam essencialmente como republicanas e a tendência mais feminista que pugnava pela formulação de exigências específicas no âmbito dos

direitos civis e políticos. Este equilíbrio periclitante deu lugar a rupturas irreversíveis, esboçadas ainda no período que antecedeu a República, com Maria Veleda a contrapor a via da Revolução ao caminho da Evolução, dando eco às posições triunfantes no Congresso Republicano de Setúbal de Abril de 1909, e a pugnar por uma orientação anticlerical, enquanto Ana de Castro Osório evocava o exemplo da Revolução Francesa para alertar para o perigo de se confiar apenas na mudança de regime como solução para todos os problemas, assim como procurava atenuar os excessos no questionar das convicções de cada uma. Depois de 5 de Outubro, e apesar da expansão das ideias e da combatividade quotidiana, a discórdia subsistiu centrada na questão religiosa e no sufragismo, legitimando a cisão que originou a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918), sob a orientação de Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo.

A proximidade geracional e ideológica entre as feministas e os republicanos, agora detentores do poder, fez com que aqueles funcionassem, mesmo que de forma passiva, como agentes das suas causas, ao não se desmarcarem delas e proporcionarem-lhes espaço público.

O quinto ponto incide na capacidade reivindicativa surgida com a República e que decaiu quando a Revolução perdeu o fulgor inicial. Entre 1910 e 1918, houve a formulação de reivindicações, umas vezes específicas, outras de natureza genérica, aos poderes políticos institucionais e, facto então inédito, os governantes foram interpelados de forma sistemática sobre as principais questões que preocupavam as mulheres, optando muitos por manifestar simpatia e compreensão. No próprio mês do triunfo da República, a 27 de Outubro, a LRMP entregou uma representação ao Governo Provisório contendo as principais reivindicações: aprovação da Lei do Divórcio, considerada «a lei mais urgente de quantas são pedidas pelos cidadãos portugueses»; revisão do Código Civil, em vigor desde 1867, apresentado como um símbolo da legitimação da sua inferioridade e subalternidade pois negava à mulher, sobretudo a casada, quaisquer direitos no âmbito da família e da sociedade; sufrágio feminino restrito; direito de eleger e ser elegível para os cargos municipais; acesso à Assistência Pública e a outras profissões, devendo poder concorrer em igualdade de circunstâncias com os homens; educação e instrução das mulheres e das crianças; combate à prostituição e alcoolismo.

Aprovada a Lei do Divórcio e as Leis da Família em 1910, da autoria de Afonso Costa, e revistos aspectos pontuais do Código Civil, a discussão centrou-se nos direitos políticos e os primeiros anos foram sobretudo marcados pelo feminismo sufragista: apesar da Tese Feminismo, discutida no Congresso Nacional do Livre Pensamento de Abril de 1908, contemplar o voto, esta temática só despoletou com a revolução e aquele não foi logo considerado prioritário, revelando-se fracturante dentro do associativismo feminino, entre as feministas e entre estas e os republicanos, por abranger uma minoria e não colher consenso quanto à oportunidade.

O sufragismo ganhou espaço nas petições da Liga Republicana das Mulheres, reforçou-se através da Associação de Propaganda Feminista, ancorando-se nas posições de Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo, para quem aquele passou a ser uma questão central no reconhecimento dos direitos das mulheres, e prolongou-se na actuação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, sem qualquer resultado para além do voto inédito daquela médica nas eleições de 28 de Maio de 1911.



Maria Veleda, Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo

Presente nas representações (1910, 1911, 1912, 1915, 1918) e nos debates da legislação eleitoral, o voto das mulheres nunca se chegou a resolver, negando-se solução favorável às pretensões, por mais modestas que fossem. Não estava em causa o sufrágio feminino universal, mas antes a outorga do voto a uma minoria, tendo por base a sua situação económica e cultural, o que parecia viável atendendo a que poucas seriam abrangidas: invocava-se ainda que se tratava duma promessa do Partido Republicano anterior a 1910, não sendo aceitável que não fosse minimamente cumprida ao envolver «uma minoria educada e consciente».

Em 1918, na única representação exclusivamente dedicada à problemática do sufrágio feminino, a Liga dirigiu-se a Sidónio Pais (1872-1918), na qualidade de Presidente da República, assinalando que «a República velha depressa soube repudiar-nos, mantendo-nos numa situação de inferioridade que absolutamente destoa dos mais rudimentares princípios da verdadeira, legítima e progressiva democracia!» e lamentava que sucessivos governos continuassem a negar «ainda hoje o direito de voto à mulher portuguesa, com o propósito firme, mas incorrecto, de evitar que desassombradamente, mas patrioticamente, manifeste o seu desagrado, por tantos erros ou desvarios do facciosismo político!». Se houve reivindicação que provocou ilusões, desilusões, fracturas e controvérsias foi a do sufrágio feminino, provocando desgaste acumulado nas partes envolvidas. Paralelamente, reclamou-se o direito das mulheres poderem ser eleitas (1910, 1911, 1915), apontando-se as Juntas Paroquiais e as Câmaras Municipais como as instituições mais vocacionadas para o início do desempenho de funções, nomeadamente quando relacionadas com a assistência e educação.

Com o definhamento da LRMP e da APF, em 1918, o feminismo sufragista ficou representado pelo CNMP, que inscrevia entre as suas prioridades a reivindicação do voto feminino e manteve, entre 1922 e 1935, uma Secção dedicada ao Sufrágio. A situação do professorado feminino, nomeadamente aquele que leccionava nos Centros Republicanos e outras escolas do ensino livre, as questões educativas e pedagógicas e o combate à prostituição legalizada, ao alcoolismo e à mendicidade infantil, para além da reivindicação de salário igual para trabalho igual, foram outros assuntos discutidos com os sucessivos governos da República.

Apesar das diligências efectuadas e das afinidades políticas que uniam reclamantes e governantes, verificou-se, sistematicamente, fraca receptividade às representações elaboradas, o que



terá contribuído para a dissociação entre os interesses feministas e os da República, acentuando o desgaste das débeis estruturas democráticas do novo regime. No poder, os dirigentes republicanos já não acolhiam com a mesma benevolência e camaradagem a luta das mulheres, não lhe dando relevo nas decisões governamentais e parlamentares.

6 Um outro ponto, que não será desenvolvido, tem a ver com o triunfo do feminismo apolítico e apartidário internacionalista, representado pelo CNMP, e o surgimento de uma nova geração de feministas durante a década de 20: a internacionalização e os dois Congressos Feministas e de Educação de 1924 e 1928 corresponderam a um novo fôlego, ainda que entretanto se tenha esbatido a capacidade pública de debater o feminismo e a de influenciar a governação.

Numa interpretação muito própria, dir-se-ia que a República conteve duas gerações distintas de feministas: a primeira, que a antecedeu, lutou pelo seu triunfo, foi pioneira na militância, associativismo e reivindicações, esteve muito próxima do poder político republicano, chegando a influenciá-lo, e manteve-se activa até meados da década de dez; a segunda, composta sobretudo por jovens licenciadas nascidas no dealbar do século XX, determinou uma ruptura com os feminismos pacifista e republicano e correspondeu à afirmação de feministas mais empenhadas na valorização e reconhecimento profissionais, em detrimento duma militância exclusivamente política. No entanto, em ambos os casos, esteve subjacente a matriz do ideário republicano e foi nesse quadro que se moveram durante décadas.

7 Por último, importa equacionar como ficaram as mulheres, entre o sonho e a realidade política da I República. A República, enquanto regime, nunca foi questionada, tanto mais que tinham contribuído para o seu triunfo, embora não se entendesse porque é que ela não soube, ou não quis, cumprir algumas das suas promessas. Na Representação ao Governo e ao Parlamento Português, datada de Julho de 1915, a APF assinalava que «a propaganda republicana deve muito às mulheres feministas porque ganhou, não pouco, moralmente, com essa voz que se erguia em nome duma enorme multidão de sacrificadas, a clamar contra um regime que se fechou no egoísmo da sua própria defesa», e esperava da República, «que é o regime da igualdade», um comportamento bem diferente da Monarquia liberal. Só que

uma coisa era a familiaridade e o afável relacionamento com a elite feminista, assumidamente republicana e maçónica, e outra a decisão de atribuir direitos, como o voto, a todas as mulheres. O receio de este vir a ser utilizado pelas forças que sempre se tinham oposto à República, assim como o medo da mudança que tal decisão implicaria, e que dificilmente seria controlada pelos republicanos, levou-os a adiarem eternamente esta sua promessa, fundamental para quem acreditava no sufrágio universal.

Não se conseguiu o voto, mas consagrou-se o divórcio, a revogação de artigos que estipulavam que a mulher devia prestar obediência ao marido e que não podia publicar sem a sua autorização, a investigação da paternidade ilegítima; estabeleceu-se que o contrato de casamento era exclusivamente civil e deixava de ser perpétuo e a sociedade conjugal passava a basear-se nos princípios da liberdade e da igualdade; promoveu-se a instrução feminina e a coeducação; instituíram-se as Tutorias para menores. Além do mais, independentemente dos resultados imediatos, dos avanços e recuos, insucessos e dissabores, estas mulheres acreditaram em causas, algumas delas sendo ainda hoje válidas, lutaram por direitos, insistindo na importância de se igualarem mulheres e homens na lei, divulgaram ideais e primaram pela coerência, não enfileirando as hostes do regime ditatorial saído do 28 de Maio de 1926.

8 Em síntese, nas primeiras três décadas do século XX, antes e após a implantação da República, a discussão em torno do feminismo foi uma realidade, fez-se a denúncia das condições legais, sociais, políticas, económicas, educativas e morais em que se encontravam as mulheres, mercedoras dos mesmos direitos e deveres de que beneficiavam a parte masculina da sociedade; reivindicou-se a Lei do Divórcio, a revisão do Código Civil, o sufrágio feminino, embora com cambiantes consoante quem o formulava, a enfermagem e ensino laicos, a independência económica mediante o acesso das mulheres a diversas profissões, a igualdade dos salários, o direito à instrução e educação femininas, a abolição da prostituição, o combate à mendicidade infantil, a protecção da maternidade, uma só moral para ambos os sexos; e internacionalizou-se o combate, com a adesão as duas grandes federações internacionais femininas.

Mergulhar nesse período e evocar as várias líderes que coexistiram, não obstante divergências e incompatibilidades, e a militância de muitas centenas de activistas distribuídas por agremiações distintas é prestar-lhes o tributo há muito devido e pressentir o quotidiano, percurso, aspirações, vitórias e reveses de cada uma e de todas em tempos adversos à afirmação feminina, numa caminhada actual e sempre inacabada pela igualdade. Frequentemente contornados ou subvalorizados, os direitos tão duramente reivindicados e conquistados ao longo do século XX não podem ser dados como adquiridos ou irreversíveis, como a realidade tem demonstrado ao evidenciar o desfazamento que persiste entre o espírito das leis e as práticas e vivências quotidianas.

Sem a intervenção activa das mulheres, de onde sobressai um núcleo burguês, urbano e letrado formado durante a Monarquia, a Revolução e a República não seriam as mesmas, mesmo que os seus dirigentes não tenham sabido corresponder aos seus anseios e utopias. Cem anos após a sua proclamação, não é mais possível estudá-la sem incorporar o debate feminista, assim como é necessário enquadrar as suas organizações no republicanismo em ascensão e triunfante.

* professor e historiador

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)

Ao comemorar o Centenário da República é fundamental dar visibilidade às feministas republicanas que pertenciam ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas



Nascido em Lisboa em 1914 e encerrado pelo Estado Novo em 1947, o CNMP foi a mais duradoura associação de mulheres em Portugal. Um terço (os doze primeiros anos) da existência do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) é passado num regime republicano, enquanto os dois terços seguintes (vinte e um anos) o são numa ditadura militar (1926-1933) e sob o Estado Novo que se inicia em 1933. O período de ouro do CNMP acontece nos anos vinte, com a organização de dois congressos feministas (1924 e 1928) sob a longa presidência de Adelaide Cabete, de 1914 a 1935. É precisamente este período republicano que nos interessa evocar rapidamente, dando a ênfase sobre a génese do CNMP que era uma federação feminista.

UMA FEDERAÇÃO FEMINISTA

Objectivo do CNMP era o de federar as associações de mulheres em Portugal, tendo como efeito a heterogeneidade resultante dos grupos que aderiram. O CNMP tinha um programa muito abrangente de forma a suscitar o máximo de adesões e queria federar as associações «que se ocupam da mulher e da criança» e de «coordenar, dirigir e estimular todos os esforços tendentes à dignificação e a emancipação das mulheres». O Conselho português no seu início reagrupava vinte associações e no seu apogeu contava aproximadamente 1500 sócias.

* Anne Cova é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa



A questão da dupla militância era comum às dirigentes do Conselho. É elucidativo que quando Adelaide Cabete (1867-1935) ficou presidente do CNMP em 1914, já tinha uma experiência de militante feminista: fazia parte do Grupo Português de Estudos Feministas criado em 1907 por Maria Veleda (1871-1955); tinha participado, em 1909, com Ana de Castro Osório (1872-1935) e Fausta Pinto da Gama (?-1909), na criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), movimento ligado ao partido republicano, que apoiou a queda da monarquia constitucional; e tinha fundado, em 1911, com Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911), a Associação Portuguesa de Propaganda Feminista liderada por Ana de Castro Osório.

Várias feministas pertenciam à LRMP e ao CNMP: Maria Clara Correia Alves (1869-1948), Adelaide Cabete, Angélica Porto, Maria Veleda, etc.

GÊNESE DO CNMP

O CNMP emergiu sob o impulso de uma organização internacional americana, o International Council of Women (ICW) que nasceu em Washington, em 1888, com o objectivo de «stimulate the sentiment of internationalism among women throughout the world» a fim de tentar construir uma identidade colectiva das mulheres. Filiar-se no ICW significava para o CNMP pertencer a um movimento que ultrapassava as fron-

teiras nacionais e dava força e legitimidade ao Conselho. Nas reuniões quinquenais do ICW, que tinham lugar em cidades e países diferentes, existiam: em 1904, em Berlim 16 Conselhos; em 1909, em Toronto, 19 Conselhos; em 1914, em Roma, 23 Conselhos. Antes do deflagrar da Segunda Guerra Mundial eram filiados no ICW 36 Conselhos. O ICW conseguiu reagrupar um número importante de Conselhos totalizando, em 1907, cinco milhões de mulheres e, em 1925, trinta e seis milhões. Estes números são provenientes dos próprios Conselhos e devem estar inflacionados, mas não deixam de mostrar a capacidade de mobilização das mulheres à escala mundial.

Um factor determinante na génese do CNMP residiu nas relações pessoais que existiam entre várias mulheres o que proporcionou a formação de redes que inauguram a constituição do Conselho. As numerosas viagens efectuadas pelas dirigentes do ICW, para estabelecimento de novos contactos, bem como os seus Congressos, serviam de catalisadores para a fundação de novos Conselhos.

Foi a partir do modelo francês do Conseil National des Femmes Françaises (CNFF) fundado em Paris em 1901 que se criou o CNMP: a proposta veio da francesa Ghénia Avril de Sainte-Croix (1855-1939), secretária-geral do CNFF que estava em contacto com as portuguesas Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves, e concretizou-se na quinquagésima assembleia do ICW em Roma, em 1914. A importância do papel desempenhado por Ghénia Avril de Sainte-Croix na fundação do CNMP é referida várias vezes pelo Conselho português, sendo aprovada como sócia honorária numa assembleia-geral em 1920, por ela ter auxiliado eficazmente a organização do CNMP. Era considerada pelas portuguesas como sendo a «madrinha» do Conselho português.

A estreita relação entre o CNMP e o CNFF, bem como a proeminência do francês como língua da elite culta portuguesa, tiveram como resultado que os editoriais do boletim do CNMP escritos por Maria Clara Correia Alves fossem redigidos em francês, de 1914 a 1916. De 1922 até 1940, o ICW publicou o seu boletim em francês, inglês ou alemão. Os relatórios do ICW passaram, a partir de 1904, a ser editados nestas três línguas consoante as oradoras e cinco anos mais tarde tornaram-se

Foi a partir do modelo francês do Conseil National des Femmes Françaises, fundado em Paris em 1901, que se criou o CNMP. A proposta veio da francesa Ghénia Avril de Sainte-Croix (1855-1939), sócia honorária e considerada «madrinha» do CNMP.





Fundadoras do International Council of Women (ICW) em Washington, em 1888. O CNMP emergiu sob o impulso desta organização de origem norte-americana, que numa linha internacionalista visava construir uma identidade colectiva das mulheres a nível mundial.

línguas oficiais nos estatutos. As dirigentes dos Conselhos e do ICW tinham consciência da importância da língua como elo de comunicação: por exemplo, o facto da presidente do ICW entre 1899 e 1904, a americana May Wright Sewall (1844-1920) falar francês facilitou o estabelecimento de contactos com o CNFF. Esta consciência da relevância da língua tornou-se tão aguda que houve nos Conselhos e no ICW várias tentativas de criação de cursos de esperanto. O CNMP criou também para as suas sócias cursos de francês e inglês.

Os congressos do ICW serviam de catalisadores para chegar à criação dos Conselhos. O papel crucial dos congressos como motor para a criação de Conselhos reflectiu-se igualmente na fundação do CNMP, que se concretizou na altura de um dos congressos do ICW e que contou com mais de 3000 participantes, em Roma, em Maio de 1914. Nessa altura, a Francesa Ghénia Avril de Sainte-Croix deu conta de uma carta da Portuguesa Maria Clara Correia Alves onde vinha escrito que o Conselho tinha recebido luz verde do Ministro de Estado Português, podendo assim filiar-se no ICW.

As dirigentes do CNMP eram todas maçónicas, republicanas e pertenciam a uma elite urbana. Uma característica partilhada pelos vários Conselhos e pelo ICW é a longa duração do leadership das presidentes. Adelaide Cabete manteve-se à frente da presidência do CNMP durante mais de vinte anos, até ao seu falecimento, em 1935. Estas figuras carismáticas ajudaram a identificar cada um dos Conselhos com as suas dirigentes, à semelhança do ICW, cuja presidente, a marquesa escocesa Ishbel of Aberdeen and Temair, conhecida por Lady Aberdeen, manteve a liderança praticamente sem interrupção durante mais de quarenta anos.

Uma outra figura destacada do Conselho português era Maria Clara Correia Alves que acumulava as funções de secretária-geral do CNMP e directora-gerente do seu boletim, conseguindo publicá-lo, mensalmente, entre 1917 e 1919. Era também uma das sócias fundadoras do CNMP e ficou conhecida por estabelecer a ligação com o «feminismo internacional». A acumulação de vários cargos no seio dos Conselhos era prática corrente bem como a subida na hierarquia, passando de vice-presidente a presidente: Sara Beirão (1884-1974) e Isabel Cohen Von Bonhorst, de secretária-geral a vice-presidente: Elina Guimarães (1904-1991) e Maria Clara Correia Alves. No CNFF, a presidente de 1922 à 1932, foi Ghénia Avril de Sainte-Croix que antes foi secretária-geral. A portuguesa Adelaide Cabete foi várias vezes directora-gerente da revista do Conselho, Alma feminina e escreveu mais de quarenta artigos dedicados sobretudo à saúde das mulheres, evocando nomeadamente os «flagelos» da tuberculose, do alcoolismo e da prostituição.

Um ponto fundamental dos estatutos do CNMP e dos seus homólogos era que os Conselhos se afirmavam apolíticos e neutros. Os estatutos do CNMP aprovados em Abril de 1914, definiam-no como «uma instituição feminina, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa».

A estrutura dos Conselhos, decalcada sobre o ICW, era hierarquizada, composta por um Conselho Administrativo, uma Direcção, uma Assembleia Geral e um Conselho Fiscal, totalizando no caso português, ao longo dos anos, uma centena de mulheres. Do ponto de vista financeiro, em conformidade com o ICW, os Conselhos viviam do pagamento das quotas e de doações, o que dificultava as suas existências. Alias, o próprio ICW não conseguia obter o pagamento das cotizações por parte de cada Conselho, dos quais, em 1934, apenas vinte dos trinta e quatro filiados tinham a situação regularizada. Já nos anos vinte, o CNMP é considerado pelo ICW como sendo demasiado pobre para pagar mais do que a cotização. A fim de aumentar as suas receitas, o CNMP pedia apoio financeiro ao Governo português para as suas deslocações ao estrangeiro, mas sem grande sucesso e a aproximação com o poder político nos anos vinte acaba com o golpe militar, de 28 de Maio de 1926. Assim, no Segundo Congresso Feminista e de Educação organizado pelo CNMP, em 1928, não houve nenhum representante do poder político. Essas dificuldades financeiras, partilhadas pelos Conselhos, tinham como consequência que as sedes dos Conselhos ficavam em casa ou no lugar de trabalho das suas presidentes. Lady Aberdeen fazia regularmente doações de modo a sustentar os Conselhos, empenho pessoal que permitiu a sua sobrevivência ao longo dos anos.

UM FEMINISMO REFORMISTA

Os Conselhos praticavam a tática dos pequenos avanços e procuravam apoios no meio político – sem preocupação da cor política – a fim de tentarem influenciar a legislação e com a consciência de que a sua margem de manobra era limitada devido ao facto de as mulheres não terem direito de voto. Os Conselhos queriam pedir reformas que achavam razoáveis. Esta estratégia reformista mostra o pragmatismo e a vontade de alcançar reformas. Para as obter, os Conselhos actuavam através de várias Secções, à semelhança das do ICW, mostrando quais eram as prioridades.

Sem mencionar todas as Secções – trinta ao longo da existência do CNMP – convém referir que nos anos vinte, mais especificamente, em 1922, 1923, 1927 e 1929, foram os anos em que houve mais Secções a funcionar em simultâneo: treze ao mesmo tempo. Para ilustrar as prioridades do Conselho podemos reagrupar as Secções em dois grupos: aquelas que perduraram mais de vinte anos (Higiene, Paz e Educação, Propaganda) e aquelas que duraram mais de dez anos (Arte, Assistência Social, Beneficência, Emigração, Finanças, Imprensa, Legislação, Moral, Sufrágio). Dentro destas Secções, à excepção das de Propaganda e de Beneficência, que foram criadas em 1917, todas as outras acima referidas foram fundadas nos anos vinte. As pessoas mais activas nestas Secções foram Elina Guimarães, que se destacava, seguida de Angélica Porto e de Adelaide Cabete.

Não foi um acaso que o Primeiro e Segundo Congressos organizados pelo CNMP em 1924 e 1928 intitulavam-se Con-

gressos Feministas e de Educação. Este tema da educação era o verdadeiro cavalo de batalha das feministas em vários países. Os Conselhos organizavam conferências educativas — nomeadamente a Secção da Educação do CNMP — como meio de propaganda e de promoção da ideia de que as mulheres deviam ter acesso à educação. Em Portugal, a taxa de analfabetismo era alta (75% em 1911) e mais elevada entre as mulheres (56,8%).

Outro tema considerado muito importante pelos Conselhos era a obtenção do voto para as mulheres, pedida através da Secção do Sufrágio. Nessa perspectiva, a reivindicação do direito de voto era contemplada como um meio para aceder a outros direitos, nomeadamente o direito à educação. Sobre esta questão do voto das mulheres, Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves em 1920, num encontro do ICW, mencionam o voto de Carolina Beatriz Ângelo, em 1911, que teve um impacto internacional, quando ela, invocando a sua condição de viúva com crianças e consequentemente de chefe de família, conseguiu votar, mas lamentando não se tratar de um triunfo porque de facto este «lapso» foi rapidamente alterado pelos republicanos. As relações entre as feministas e os republicanos eram complicadas: apesar da insistência das feministas do CNMP as mulheres não obtiveram o direito de voto mas congratularam-se com a promulgação das leis de família e divórcio (1910).

O início dos anos vinte é promissor para o CNMP. No relatório que apresenta num congresso do ICW em Washington, em 1925, sobre os anos 1920-1925, Adelaide Cabete começa por referir que o Conselho retomou com grande actividade a propaganda das reivindicações feministas e salienta os bons resultados obtidos junto ao público dentro dos quais a criação das Ligas de Bondade, de uma biblioteca feminista, conferências contra o alcoolismo e uma proposta de alteração ao Código Civil de 1867 permitindo a mulher casada gerir os seus bens, e acaba o seu relatório dedicando muito espaço ao Congresso Feminista e da Educação de 1924. Este entusiasmo era temperado pelo facto de, segundo Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves, o associativismo das mulheres não estar muito desenvolvido em Portugal, como referem num relatório ao ICW sobre as actividades do Conselho no período 1914-1920. As queixas do CNMP sobre a falta de interesse das mulheres portuguesas na vida associativa são recorrentes. Aliás, o tom do outro relatório de Adelaide Cabete ao ICW sobre o período 1925-1926, refere que a actividade do CNMP durante este período não foi muito grande e fecunda. Menciona o regime militar sob o qual o país se encontra, que voltou a autorizar as touradas em Portugal apesar dos esforços das feministas para lutar contra elas. Várias vezes no período entre as duas guerras o Conselho protestou contra as touradas: em 1927 e em 1933 nomeadamente. Sara Beirão, a pedido da Liga Nacional de Defesa dos Animais, proferiu em 1936 e 1938, duas conferências sobre esta temática. A protecção dos animais era um tema unificador nos discursos feministas ao nível internacional. O ICW em Toronto (1909) e em Roma (1914) pronunciou-se contra a destruição dos pássaros.

Uma outra característica partilhada pelos Conselhos decorre da ruptura verificada durante a Primeira Guerra Mundial, quando a maioria das feministas decide dar prioridade ao esforço de guerra e pede às mulheres que sirvam os seus países. A ênfase era posta nos deveres das mulheres. Consequentemente a obtenção de direitos é colocada de lado e a comunicação entre os Conselhos diminuiu.

Sem entrar em pormenores sobre o período a seguir a República, convém referir que na segunda metade dos anos trinta (1936-1941), Sara Beirão ficou à frente do Conselho, seguido do último período dos anos quarenta com as presidências de Isabel Cohen Von Bonhorst (1942-1944) e de Maria Lamas (1945-1947). É de notar em 1928, num contexto ditatorial, o discurso progressista de algumas temáticas como a de co-educação, do voto das mulheres e das reivindicações feministas em geral. O tema da co-educação tinha já mobilizado o CNMP, em 1927, quando, através da sua secretária-geral, Elina Guimarães, tinha enviado ao Ministro da Instrução uma representação contra a supressão da co-educação no ensino primário. Nos anos vinte, o Conselho português conseguiu manter as suas ligações internacionais, participando nos congressos do ICW e continuou a publicar o seu órgão de propaganda apesar da censura.

Durante os anos quarenta, o Conselho português alarga-se consideravelmente. Maria Lamas é eleita presidente em 1945 e ►



Adelaide Cabete

lança no ano seguinte, a campanha das cinco sócias a fim de aumentar o seu número (cada sócia devia tentar conseguir cinco novas sócias). Porém, esse recrudescer de actividades depressa é bloqueado, na medida em que, na sequência de uma exposição internacional de livros escritos por mulheres organizada pelo Conselho em 1947, na Sociedade Nacional de Belas Artes em Lisboa, o Governo decide dissolver essa Associação argumentando que os seus objectivos são vagos e que entra em competição com as organizações estatais. Artigos nos jornais associavam o feminismo ao comunismo. Na realidade, a razão da dissolução tem a ver com a nova conjuntura política pós-guerra, caracterizada pela derrota do fascismo na Europa e pela emergência de uma mais forte oposição legal e clandestina ao Estado Novo. Uma parte das mulheres do CNMP apareceram publicamente a apoiar as candidaturas da oposição democrática — Maria Lamas assina em 1945 as listas do MUD — sofrendo posteriormente o rescaldo repressivo.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

O CNMP conseguiu manter as suas actividades ao longo de mais de três décadas, marcadas por regimes políticos diferentes: a República, uma Ditadura Militar e o Estado Novo. Durante a República, as relações entre as feministas do Conselho e os republicanos foram complicadas tendo em conta que as mulheres não obtiveram o direito de voto, mas foi promulgada uma legislação que agradou ao CNMP com as leis de família e sobre o direito ao divórcio.

A longevidade do CNMP tornou-se possível graças nomeadamente ao empenho de várias mulheres que mereciam ser incluídas nos manuais de História contemporânea e cujas biografias seriam importantes escrever para o desenvolvimento da História das Mulheres bem como da História *tout court*.



Maria Lamas é eleita presidente do CNMP em 1945. Mas logo dois anos passados, na sequência de uma exposição internacional de livros escritos por mulheres, o Governo decide dissolver a Associação.

Bibliografia

- COSTA, Célia (2007), Contributo para a monografia do Conselho Nacional das mulheres Portuguesas. Uma organização feminista, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa: Universidade Aberta.
- COVA, Anne, Org. (2008), História comparada das mulheres. Novas abordagens, Lisboa: Livros Horizonte.
- COVA, Anne (2008), «Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)», in Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva (Org.), Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 583-602.
- COVA, Anne (2009), «O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918)», in José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Org.), Desenvolvimento Económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Perreira, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 333-347.
- EDUARDO, Joaquim Mário Cortes (2004), Adelaide Cabete (1867-1935). Biografia de uma professora feminista, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa: Universidade Aberta.
- ESTEVES, João (1992), A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – uma organização política e feminista (1909-1919), Lisboa: CIDM.
- ESTEVES, João (2006), «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», Faces de Eva, número 15, pp. 113-135.
- ESTEVES, João (2008), Mulheres e Republicanismo, Lisboa: CIG.
- FIADREIRO, Maria Antónia (2003), Maria Lamas. Biografia, Lisboa: Quetzal.
- GORJÃO, Vanda (1994), A Reivindicação do Voto no programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), Lisboa: CIDM.
- LAMAS, Rosmarie WANK-NOLASCO (1995), Mulheres para além do seu tempo, Lisboa: Bertrand.
- LOUSADA, Isabel, Adelaide Cabete (1867-1935), Lisboa: CIG, A sair.
- MONTEIRO, Natividade (2005), Maria Veleda (1871-1955), Lisboa: CIDM.
- MONTEIRO, Natividade (2004), Maria Veleda (1871-1955) – Uma professora feminista, republicana e livre-pensadora: Caminhos trilhados pelo direito de cidadania, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as mulheres, Lisboa: Universidade Aberta.
- OSÓRIO DE CASTRO, Zília e João ESTEVES, direcção (2005), Dicionário no Feminino (séculos XIX- XX), Lisboa: Livros Horizonte.
- REYNOLDS DE SOUZA, Maria (2006), A concessão do voto às Portuguesas, Lisboa, CIDM.
- SAMARA, Maria Alice (2007), Operárias e Burguesas. As mulheres no tempo da República, Lisboa: Esfera dos Livros.
- TAVARES DA SILVA, Regina (2005), Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911), Lisboa, CIDM.

Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na I República

Inaugurou no dia 2 de Outubro, na Biblioteca Museu República e Resistência (Espaço Cidade Universitária), a exposição *Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na I República*, integrada nas Comemorações Centenário da República da Câmara Municipal de Lisboa. Esta iniciativa, resultante de uma parceria entre a BMRR e o Centro de Investigação Faces de Eva (CesNova – UNL), pretende sublinhar, junto de um público alargado, o papel das mulheres na história.

A I República foi preparada e concretizada com a participação activa de centenas de mulheres e foi vivida no quotidiano por mais de três milhões de portuguesas (mais de metade da população coeva). Perfilhassem ou não os ideais republicanos, elas expressaram opiniões, sustentaram causas, encabeçaram iniciativas, romperam barreiras... Tomassem maior ou menor consciência dos direitos alcançados ou das reivindicações goradas, elas produziram, alimentaram, cuidaram... Enfim, os seus percursos marcaram as trajectórias do país.

Ao conferir visibilidade a aspectos da integração das mulheres nas diversas dinâmicas da vida política, social, económica e cultural do período da Primeira República, esta dupla iniciativa procurou desconstruir uma memória social e colectiva que tem relegado as mulheres para lugares de silêncio.¹ Jacques Le Goff, em inícios dos anos 1980, já sublinhara no seu livro *Reflexões sobre a História* que o estudo dos silêncios da história constituía «um dos contributos mais interessantes a trazer à epistemologia da história»². Este enunciado assume particular pertinência para a história das mulheres, pois os fenómenos de esquecimento, de exclusão ou de silêncio subestimam as mulheres enquanto sujeitos e agentes históricos.

Um projecto de investigação sobre o mesmo tema, coordenado por Zília Osório de Castro (Faces de Eva), proporcionou as pesquisas que sustentaram o conteúdo dos 28 painéis da exposição e do catálogo de 150 páginas que a acompa-



nha. A Exposição, organizada por João Mário Mascarenhas (BMRR), Natividade Monteiro (Faces de Eva e CEMRI – Universidade Aberta) e Teresa Pinto (CEMRI), Comissária da mesma, contou, tal como o catálogo, com a Consultoria Científica de João Esteves (Faces de Eva).

José Ruy foi o consultor artístico. Como refere João Esteves, no texto «Vivências na I República», José Ruy «restaurou pacientemente muitas das imagens e fotografias desfiguradas pelo tempo e que figuram na Exposição e neste Catálogo, como que dando uma nova vida às personagens de há Cem Anos»³. Colaboraram, por parte da BMRR, Cecília Gonçalves e Catarina Santos.

Os textos e as propostas de imagens que ilustram e elucidam os diversos temas da exposição e do catálogo – «Caminhando pela República... (1908)», «Na Revolução... 5 Outubro 1910», «Feminismo, Feminismos e Sufragismo», «Imprensa», «Intelectuais», «Resistências Monárquicas», «Resistências Católicas», «Intervenção Feminina Republicana na I Guerra», «Mulheres e Educação», «República e Coeducação», «Mulheres e Mundo do Trabalho», «Teatro», «Outras expressões artísticas», «Moda e práticas de lazer», «Marginalidades» e «Congressos Feministas da década de 1920» – devem-se às

e aos investigadoras/es Ilda Abreu, Isabel Lousada, João Esteves, Maria do Céu Borrêcho e Maria Emília Stone (Faces de Eva), e ainda a Maria Lúcia de Brito Moura (CEHR – Universidade Católica), Natividade Monteiro (Faces de Eva e CEMRI), Paulo Guinote, Teresa Pinto (CEMRI) e Zília Osório de Castro (Faces de Eva).

Diversas foram as entidades e individualidades que contribuíram com a cedência de imagens para a exposição e o catálogo: António Ventura, Arquivo de História Social do ICS da Universidade de Lisboa, Arquivo Fotográfico da CML, Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, Arquivo Municipal de Santiago do Cacém, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Museu República Resistência, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Fundação Maria Ulrich, João Madeira, Mariana Cardoso Lopes Viegas, Museu da Presidência da República, Museu Nacional do Teatro e os elementos da equipa autoral. Um núcleo de exposição bibliográfica e um Ciclo de Conferências, que decorre entre 9 de Outubro e 4 de Dezembro, completam esta iniciativa. O Ciclo de Conferências, em processo de acreditação para a formação de docentes pela APH, permitirá debater e aprofundar alguns temas da exposição e introduz temas novos com a participação de outras investigadoras (ver programa).

Esta exposição, ela própria um lugar de memória, não podia deixar de ser selectiva, criando outros efeitos de luz e de sombra. Ao sublinhar o papel das mulheres espera-se contribuir para ressignificar o conhecimento sobre o período republicano. ■

¹ Michelle Perrot, *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1998

² Jacques Le Goff, *Reflexões sobre a História*, Lisboa, Ed. 70, s/d, p. 98

³ João Esteves, *Vivências na 1.ª República*, in Teresa Pinto (coord.) et. al., *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República*, Lisboa, BMRR/CML-GTCMCR, 2010, p. 29

O levantar do véu

1 Quando a República chegou a Portugal já as médicas e feministas Adelaide Cabete (1867-1935) e Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911) tinham pronta a bandeira «verde-rubra» anunciadora da sua chegada. Incumbidas, pelo Grão-Mestre da Maçonaria, de executarem a urgente tarefa (num total de 20 bandeiras) depreende-se que estas duas mulheres, também elas maçons e republicanas, estavam a par das movimentações revolucionárias em curso. Acreditavam, tal como outras, que o advento da República traria às suas vidas significativas mudanças jurídicas, económicas, sociais e culturais, e lutaram empenhadas para a sua concretização.

Mas não foram as únicas neste envolvimento político feminino, com diferentes dimensões, muitas outras participaram sendo que estiveram activamente envolvidas «mais de três milhões de portuguesas (mais de metade da população coeva)» como é referido no texto precedente da investigadora Teresa Pinto. Quer defendessem os ideais republicanos ou não, as mulheres expressaram o seu sentir e participaram com dinamismo na mudança política que agora se comemora.

2 Corria o início dos anos 80, do século passado, a, então, Comissão da Condição Feminina (CCF) criou o Núcleo Reservados, na dependência do seu Centro de Documentação. Se na génese da CCF (institucionalizada apenas em 1977) está a ambição de dar visibilidade ao valor efectivo que as mulheres representavam no desenvolvimento do país, incorporava igualmente o desejo de que as suas iniciativas (e a sua mensagem) atingissem o máximo de públicos-alvo. Afigurou-se urgente, entre muitas outras necessidades, reunir material documental contemporâneo, nacional e internacional, que, por um lado, serviria internamente os Serviços e, por outro, serviria igualmente a quem estivesse interessado/a em trabalhar, academicamente e não só, o tema.

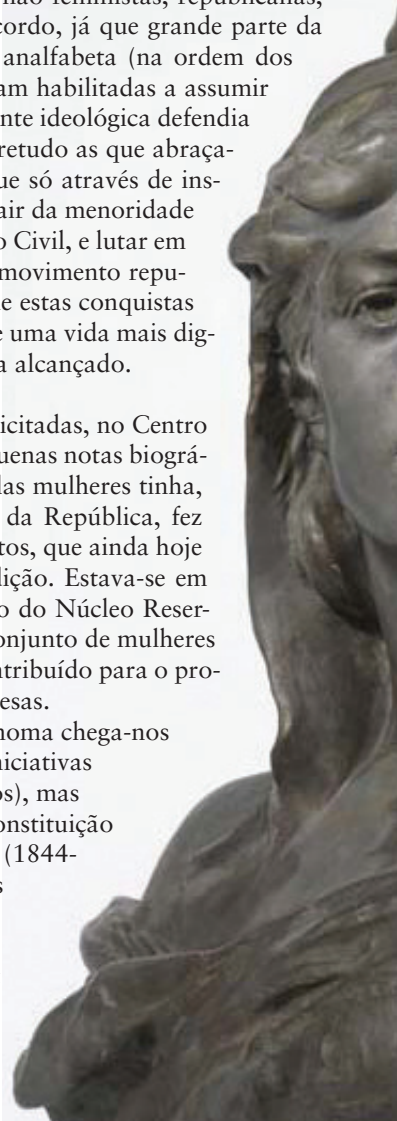
Revestido deste afoço o Centro de Documentação foi constituído logo em 1975; manteve durante décadas a originalidade solitária da especialização temática. A par do que se produzia no país e no estrangeiro na produtiva década de 70, esteve igualmente presente a importância de mergulhar no passado e recuperar as obras que falavam especificamente sobre a mulher (essa entidade imaterial), e/ou sobre as mulheres (estas bastante mais reais e quase desconhecidas).

As visitas a alfarrabistas passaram a figurar no quotidiano da CCF. Recuperar a memória das portuguesas que lutaram por uma vida mais digna, muitas delas passando pela via da emancipação permitiu que fossem publicados no Boletim da CCF nos anos de 1979 a 1981 artigos biográficos de: Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), Guiomar Torrezão (1844-1898), Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), Caiël, pseudónimo de Alice Pestana (1860-1929), Adelaide Cabete (1867-1935), Ana de Castro Osório (1872-1935), Virgínia de Castro e Almeida (1874-1945), Emília de Sousa Costa (1877-1959), Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911), Branca de Gonta Colaço (1880-1945) e Regina Quintanilha (1893-1967), iniciativa pioneira no Portugal de então.

3 Muito do envolvimento feminino no 5 de Outubro de 1910 precede o próprio movimento republicano. Parte desta adesão estará ancorada numa tomada de consciência da situação em que se encontravam as mulheres que foi emergindo nas últimas décadas do século XIX. Vozes masculinas e femininas, individualmente ou, por ora, em pequenos grupos, defendiam um novo ideal de afirmação das mulheres, reclamando a sua valorização pessoal e a sua participação social. Os contributos escritos deixados por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Alice Pestana, Maria Veleda, Albertina Paraíso, Virginia Quaresma, Ana de Castro Osório entre muitas outras são prova de que um novo caminho para as mulheres estava em marcha. É assim que no início de 1900, já mais audaz e consistente, a voz das mulheres se faz ouvir ao falarem das suas próprias vidas. Denunciam a situação de inferioridade legal, social, cultural em que se encontravam, agravada por uma grande fragilidade económica já que tinham de viver na total dependência do pai, em solteiras, ou do marido, quando casadas. Para alteração deste desgraçado panorama defendia-se o acesso das mulheres à educação e neste aspecto conservadoras, feministas e não feministas, republicanas, monárquicas, todas estavam de acordo, já que grande parte da população feminina nacional era analfabeta (na ordem dos 80%). Só assim as mulheres ficariam habilitadas a assumir os diferentes papéis que cada corrente ideológica defendia para o desempenho feminino. Sobretudo as que abraçavam o ideário feminista sabiam que só através de instrução as mulheres conseguiriam sair da minoridade em que viviam, expressa no Código Civil, e lutar em consciência pelos seus direitos. O movimento republicano acalentou nas mulheres que estas conquistas seriam realizáveis e que o desejo de uma vida mais digna para a população feminina seria alcançado.

4 A frequência com que eram solicitadas, no Centro de Documentação, as onze pequenas notas biográficas, em que a maior parte daquelas mulheres tinha, justamente, vivido a implantação da República, fez com que a Coleção Ditos & Escritos, que ainda hoje existe, se iniciasse com a sua reedição. Estava-se em 1991. Porém, em 1991 já o acervo do Núcleo Reservados tinha ultrapassado aquele conjunto de mulheres (entre muitas outras) que tinha contribuído para o processo de emancipação das portuguesas.

Esta característica de voz autónoma chega-nos de diferentes formas, não só por iniciativas individuais (textos, discursos, livros), mas também o recurso à imprensa; a constituição de associações. Guiomar Torrezão (1844-1898), entre outras, colaborou nos periódicos *A Evolução*, «Revista de Ciências, Litteraturas e Artes» (1877?)*, *A Ilustração Portuguesa* (1883-1884), e *A Mulher*, «Revista ilustrada das



famílias» (1883-1885)*, entre muitíssimos outros. Considerada a primeira portuguesa que transformou a escrita na sua profissão, era, por isso, financeiramente autónoma e deseja que todas as portuguesas o fossem.

Na participação associativa algumas agremiações chegaram a ter números elevados de associadas, nomeadamente a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908-1919) que chegou a registar mais de mil sócias; outras chegaram a ter os seus próprios órgãos como é exemplo da Associação de Propaganda Feminista (1911-1918) que publicou dois importantes periódicos feministas: *A Mulher Portuguesa* (1912-1913) e *A Semeadora* (1915-1918)*. Deste modo, quando a República triunfa é aclamada não só pelas duas médicas, mas também por outras médicas, farmacêuticas, escritoras, jornalistas, educadoras, professoras, modistas, proprietárias e muitas outras que não tinham, ainda, profissão mas que já tinham participação cívica, política e associativa e que naquele dia convictamente acreditaram que as suas vidas iriam mudar.

O enriquecimento na recuperação de um passado feminino nunca se quedou ao longo destas três décadas de existência da CCF/CIDM/CIG. Actualmente o acervo bibliográfico existente no Núcleo Reservados é superior a duas mil obras, no qual as mulheres republicanas constam desde o primeiro momento. ■

* faz parte do acervo do Núcleo Reservados/Centro de Documentação da CIG.



ALGUMAS AUTORAS REPUBLICANAS NOS RESERVADOS

ADELAIDE de Jesus Damas Brazão e CABETE (1867-1935): *A protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento physico de novas gerações*, Lisboa, Tipographia Mattos Moreira e Pinheiro, 1900. Dissertação inaugural apresentada e difundida perante a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

ANA de Castro OSÓRIO (1872-1935): *A capela de rosas, Lisboa*, Parceria António Maria Pereira, [s.d.]; *Novas histórias maravilhosas* (recolhidas da tradição oral por Ana de C. Osório), Porto, Livraria Latina Editora, 1943; *Contos, fábulas, facécias e exemplos da tradição popular portuguesa* (recolhidos e tratados por A.C.O.), Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, [s.n.]; *Últimas histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa* (recolhidas e contadas por A.C.O., desenhos de Álvaro Duarte de Almeida), Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, [s.d.]; *Histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa* (recolhidas e contadas por A.C.O.) Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, [s.d.]; *Garrett no Pantheon: 3 de Maio de 1903*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1903; *As boas crianças*, Setúbal, Imp. de Libanio da Silva, 1905; *Infelizes: histórias vividas*, Lisboa, Emp. Litteraria Lisbonense, 1898; *Em tempo de guerra: aos homens e às mulheres de um país*, Lisboa, Ventura, 1918; *A educação cívica da mulher: conferência feita no Centro Dr. Affonso Costa*, Lisboa, Typographia Liberty, 1908; *Uma lição da história: aprovada para leituras e prémios escolares pelo Conselho Superior de instrução pública do Estado de Minas Gerais*, Setúbal, Livraria Editora para as Crianças, 1909; *A verdadeira mãe*, Porto: Civilização, 1925; *O direito da mãe*, Porto, Civilização, 1925; *A boa mãe: livro de prémios escolares*, Setúbal, Liv. Ed. Para as crianças, 1908; *Histórias contadas*, Lisboa, Lusitania, [19--]; *Auto do trabalho ou o passado e o futuro*, [S.l.: s.n., s.d.]; *Ambições*, Lisboa: Guimarães Libanio, 1903; *A mulher na agricultura, nas indústrias regionaes e na administração municipal* (discurso), Lisboa, Casa Editora Para as crianças, [1915]; *A mulher no casamento e no divórcio*, Lisboa, Guimarães Editores, 1911; *Às mulheres portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905; *Histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa*, Lisboa, Soc. de Expansão Cultural, [193-]; *A grande aliança: a minha propaganda no Brasil* (conferências), [Lisboa: Lusitania, 1924]; *A influência da mãe na raça portuguesa*, Lisboa, Liberty, 1916; *A mulher heróica* (conferência), [Lisboa: Comissão Auxiliadora, 1916]; *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve* (resposta de A.C.O. ao «Germinal»), Setúbal, O Radical, 1911; *A minha pátria*, Setúbal: Livraria Editora Para as Crianças, 1906.

ALICE Augusta Pereira de Melo Maulaz Moniz MODERNO (1867-1946): *Trillos: 1886-1887*, Ponta Delgada, [s.n.], 1888; *O Dr. Luiz Sandoval*, Ponta Delgada, Minerva, 1892; *Trêvos*, Angra do Heroísmo, Andrade, 1930.

MARIA Clara Correia ALVES (1869-1948) *Féminisme toujours et encore*, Lisboa, Manuel Lucas Torres, [1913?].

SARA Vasconcelos Carvalho BEIRÃO (1884-1974): *Surpresa bendita*, Porto, Porto Editora [19--]; *Sozinha*, Porto, Porto Editora [19--]; *Prometida*, Porto, Porto Editora, [19--]; *Serões da Beira*, [S.l.: s.n.] 1929; *Scenas portuguesas*, Porto, Simões Lopes, Domingos Barreira, 1930; *O Raúl contos* (ilustrações Carlos Carneiro), Porto, Livraria Simões Lopes, Domingos Barreira, 1934; *Os fidalgos da Torre*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1936-1973; *Amores no campo*, Porto, Domingos Barreira (Porto, Livraria Simões Lopes), 1931-1940; *O solar da Boa Vista*, Porto, Porto Editora, 1974 (reedição).

A responsabilidade dos média e da publicidade na promoção da igualdade de género e da cidadania



A responsabilidade dos agentes da comunicação social e da publicidade na promoção da igualdade de género e de cidadania. Recentemente têm chegado à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (de ora em diante, CIG) diversas denúncias referentes a anúncios publicitários que têm sido difundidos na comunicação social, bem como queixas relacionadas com o conteúdo de artigos de imprensa, por revestirem um carácter discriminatório e desprestigiante para as mulheres, em virtude de representarem a mulher de forma estereotipada, designadamente, enquanto mero objecto sexual.

Sem enumerar as peças publicitárias que têm sido objecto de queixa, tenho a certeza que já veio à memória do/a leitor/a alguns anúncios publicitários cujo conteúdo considera discriminatório. Para quem entenda que essa realidade não existe, creio que precisa estar um pouco mais atento à publicidade que tem circulado nos nossos meios de comunicação social

De referir que a CIG tem como missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. Assim, no âmbito das suas atribuições recebe queixas relativas a situações de discriminação com base no Género, podendo para tal emitir pareceres e recomendações junto das autoridades competentes ou das entidades envolvidas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei 164/2007, de 3 de Maio.

Importa mencionar ainda que uma das metas do III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 82/2007, de 22 de Junho, consiste na sensibilização dos profissionais da comunicação social e da publicidade para a sua responsabilidade na promoção da igualdade de género e da cidadania.

Com efeito a comunicação social e todos os seus agentes, pelo impacto da sua influência, podem ser agentes indirectos de mudança e de promoção de uma cultura baseada na igualdade de género. Assim, torna-se indispensável sensibilizar a comunicação social e todos os agentes envolvidos na publicidade para o papel fundamental que podem desempenhar na desconstrução de estereótipos de género. Como resposta a este tipo de situações, o n.º 1

do artigo 26.º da Constituição da República portuguesa reconhece que «todos são reconhecidos os direitos [...] à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação».

No que respeita à publicidade discriminatória, importa salientar que o Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei 330/90, de 23 de Outubro, na sua redacção actual, dispõe no seu artigo 7.º que é «proibida a publicidade que, pela sua forma, objecto ou fim, ofenda os valores, princípios e instituições fundamentais constitucionalmente consagrados». De acordo com o Código da Publicidade, cabe à Direcção-Geral do Consumidor instruir o devido processo de contra-ordenação.

Por outro lado, a Lei da Imprensa, aprovada pela Lei 2/99, de 13 de Janeiro, na sua redacção actual, dispõe no seu artigo 3.º que a liberdade de imprensa está limitada pela Constituição e pela lei. A não existência (na Lei da Imprensa) de um preceito semelhante ao previsto no artigo 7.º do Código da Publicidade pode ser explicada com a existência de um princípio constitucional de liberdade de imprensa, plasmado no artigo 38.º da CRP. Contudo, essa liberdade, não pode obstar a que não sejam respeitados os princípios e limites legais do ordenamento jurídico português no exercício das actividades de comunicação social.

No que concerne às queixas relativas à imprensa, é à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) que incumbe a supervisão de todas as entidades que, sob a jurisdição do Estado português, prossigam actividades de comunicação social, bem como a instrução dos consequentes processos de contra-ordenação, com vista a fazer respeitar os princípios e limites legais no exercício das actividades de comunicação social, de acordo com o previsto nos artigos 39.º da Constituição da República Portuguesa e nos artigos 6.º a 8.º do Estatuto da ERC, na sua redacção actual.

Cabe a cada um/a de nós – e não apenas aos/às profissionais da comunicação social e da publicidade – estar atento/a e repudiar toda a forma de publicidade e imprensa discriminatória, recorrendo, quando possível, aos mecanismos legais existentes para evitar a manutenção de estereótipos geradores de preconceitos e de limitações à liberdade, quer de mulheres, quer de homens, nas várias dimensões e papéis ao longo da vida. ■

Mudança de sexo e de nome terá processo simplificado

No passado dia 2 de Setembro, o Governo aprovou, em reunião do Conselho de Ministros, uma proposta de Lei, a submeter à Assembleia da República, que regula o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio, simplificando o processo e transferindo para o registo civil a competência da decisão.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, esta proposta de Lei visa simplificar o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil para as pessoas a quem clinicamente tenha sido diagnosticada uma mudança da identidade de género (transsexualidade) e «justifica-se pelo facto de a complexa solução actual para estes casos, que exige uma intervenção judicial, não ser a mais adequada, por razões de justiça e por este ser o caminho mais seguido a nível europeu».



O diploma irá permitir que estas pessoas possam requerer, em qualquer conservatória do registo civil, a alteração do sexo e do nome próprio, bastando apresentar um relatório elaborado por equipa clínica multidisciplinar de sexologia clínica que comprove o respectivo diagnóstico. Posteriormente, o conservador deve decidir sobre o pedido apresentado no prazo de oito dias. Efectivamente, caso esta proposta seja aprovada pela Assembleia da República, verificar-se-á um grande avanço nesta matéria, uma vez que estas pessoas para alterar o sexo e nome no registo civil, mesmo tendo sido já tratadas a nível hormonal e tendo realizado todas as cirurgias necessárias, tinham de intentar acções contra o Estado português, submeterem-se a novos exames no Instituto de Medicina Legal e esperar muitos anos por uma decisão.

Legislação recente e relevante no âmbito das competências da CIG

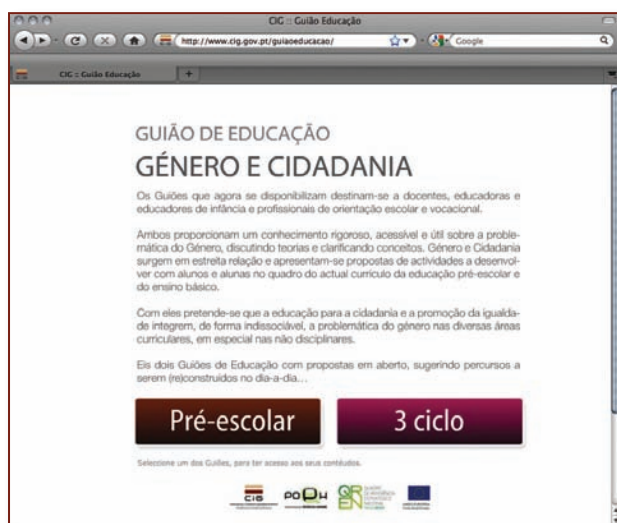
- Lei 23/2010, de 30 de Agosto – procede à primeira alteração da Lei 7/2001, de 11 de Maio, que adopta medidas de protecção das uniões de facto, terceira alteração ao Decreto-Lei 322/90, de 18 de Outubro, que define e regulamenta a protecção na eventualidade da morte dos beneficiários do regime geral de segurança social, 53.ª alteração ao Código Civil e 11.ª alteração ao Decreto-Lei 142/73, de 31 de Março, que aprova o Estatuto das Pensões de Sobrevivência.
- Lei 26/2010, de 30 de Agosto – altera pela nona vez o Código de Processo Penal
- Resolução do Conselho de Ministros 62/2010, de 25 de Agosto – institui em Portugal o Ano Europeu das Actividades de Voluntariado Que Promovam Uma Cidadania Activa – 2011.
- Portaria 654/2010, de 11 de Agosto – revê a regulamentação do sistema de acesso ao direito, regulamentando, *inter alia*, o artigo 25.º da Lei 112/2009, de 16 de Setembro, respeitante à consulta jurídica a prestar a vítimas de violência doméstica.
- Despacho 13776/2010 da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Justiça, de 3 de Agosto – cria um grupo de trabalho interministerial tendo em vista a operacionalização do Plano Nacional de Acção para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre «mulheres, paz e segurança».
- Resolução do Conselho de Ministros 39/2010, de 25 de Maio – aprova o quadro de referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade.
- Portaria 229-A/2010, de 23 de Abril – aprova os modelos de documentos comprovativos da atribuição do estatuto de vítima; a Portaria 220-A/2010, de 16 de Abril, que estabelece as condições de utilização inicial dos meios técnicos de teleassistência; e o Despacho 6810-A/2010, de 15 de Abril – define, no âmbito do artigo 83.º da Lei 112/2009, os requisitos e qualificações necessários à habilitação dos técnicos de apoio à vítima.
- Resolução da Assembleia da República 32/2010 sobre a problemática da mulher emigrante, de 13 de Abril – recomenda ao Governo que deve ser criado um programa com o objectivo de definir um conjunto de medidas destinadas ao desenvolvimento da cidadania das mulheres portuguesas residentes no estrangeiro.
- Portaria 196-A/2010, de 9 de Abril – regulamenta a Lei 60/2009, de 6 de Agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

A Igualdade entre Mulheres e Homens:

A actividade da CIG em torno da Cidadania e da Igualdade de Género tem sido pautada por dois objectivos: reforçar e aprofundar a actuação em áreas estratégicas onde tem sido desenvolvido um trabalho continuado; encetar caminhos e desafiar áreas e sectores que têm permanecido mais resistentes à problemática do género e da igualdade entre mulheres e homens. Assim, os projectos em curso traduziram-se num conjunto de iniciativas e no estabelecimento de novas parcerias, destacando-se quatro áreas de intervenção: a educação; o emprego e a independência económica; a linguagem/comunicação e o apoio à implementação de Planos para a Igualdade.

GÉNERO E CIDADANIA EM EDUCAÇÃO

Foram disponibilizados no sítio da CIG, numa edição online, os dois Guiões de Educação Género e Cidadania destinados, respectivamente, à educação pré escolar e ao 3.º ciclo do ensino básico (<http://www.cig.gov.pt/guiaoeducacao/>).



Produzidos e publicados com o apoio do POPH, os Guiões foram apresentados publicamente pela CIG e pela DGIDC, no dia 31 de Maio, numa iniciativa conjunta dos Gabinetes da Ministra da Educação e da Secretária de Estado da Igualdade. Editados em livro pela CIG e dando continuidade à cola-

boração institucional com a DGIDC, os Guiões irão ser distribuídos, ao longo do mês de Outubro, por 500 bibliotecas escolares, por estabelecimentos de ensino superior com formação de docentes e por organismos centrais e regionais do Ministério de Educação e ONG. Igualmente com o apoio do POPH, decorre, até Julho de 2011, a concepção dos Guiões de Educação Género e Cidadania para os 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

A produção destes quatro Guiões constitui a resposta da CIG aos compromissos assumidos por Portugal perante o Comité CEDAW, em 2008, e visa contribuir para que as relações sociais de género e a igualdade entre mulheres e homens constituam um eixo estruturante da educação formal ao nível, quer das aprendizagens em torno das práticas de cidadania e do exercício dos direitos, por raparigas e por rapazes, quer da gestão e concretização dos diferentes programas disciplinares.

As solicitações de apoio a projectos e a iniciativas escolares evidenciam uma crescente, ainda que lenta e titubeante, sensibilização e interesse pela temática da igualdade de género e têm permitido constatar uma utilização mais integrada e continuada das publicações da CIG por docentes. No âmbito do protocolo estabelecido com a escola secundária Prof. Reynaldo dos Santos, a CIG continua a acompanhar as actividades desenvolvidas e a apoiar esta escola-piloto do Projecto dos Guiões de Educação Género e Cidadania, iniciando-se o novo ano lectivo com a participação da Presidente da CIG na Sessão Pública de entrega dos Certificados de Reconhecimento de trabalhos de mérito em Género e Cidadania Mariana da Assunção da Silva, a alunas e alunos do 5.º ao 12.º anos de escolaridade daquela escola.

Prosseguindo com o trabalho desenvolvido no quadro do Projecto Sacausef, promovido pela DGIDC/ERTE (Equipa



de Recursos e Tecnologias Educativas), entre 2004 e 2007, foi estabelecido um protocolo entre a CIG, a Universidade Aberta e a DGIDC, com vista à integração da perspectiva de Género na concepção, validação e utilização de Recursos Educativos Digitais. Partindo dos recursos digitais disponíveis no Portal das Escolas, da DGIDC, o projecto visa a formação de docentes da Bolsa de Validadoras e Validadores de Recursos Educativos Digitais da DGIDC/ERTE e a concepção de orientações para a elaboração deste tipo de Recursos, nas diferentes áreas disciplinares e valências do currículo dos ensinos básico e secundário. A produção destas orientações será coordenada pela Universidade Aberta, através do CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e Relações e Interculturais.

EMPREGO, INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA E IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

No passado dia 16 de Junho teve lugar nas instalações do IIEFP, em Lisboa, uma iniciativa inédita no domínio do emprego e das relações entre a CIG e o IIEFP: o *workshop* formativo sobre Género e Igualdade de Género no Mercado de Trabalho, com a duração de um dia.

consolidar dinâmicas e lançar novas redes



Promovido pelo IEFP, em estreita colaboração com a CIG, a formação destinou-se a representantes dos Centros de Emprego do continente e nele participaram 36 pessoas, 70% do sexo feminino, das quais 20% exerciam funções de chefia. Estiveram representados 36 Centros de Emprego pertencentes a 4 Delegações Regionais: 14 do Norte; 9 do Centro; 8 de Lisboa e Vale do Tejo e 5 do Alentejo. Contando com uma equipa de cinco formadoras (Maria do Céu da Cunha Rego; Dina Canço, Teresa Alvarez, Rosário Fidalgo e Maria

Viegas), o *workshop* contou, no seu encerramento, com a participação do Vice-Presidente da CIG, Manuel Albano, e do Vice-Presidente do IEFP, Alexandre Rosa. Aguarda-se, agora, a realização de uma 2.ª edição desta iniciativa, entre Outubro e Novembro de 2010, para os restantes Centros de Emprego do continente.

No âmbito do Programa Nacional de Micro Crédito, foi assinado, em 20 de Setembro, entre a CIG e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social um Protocolo de colaboração com vista a fomentar o empreendedorismo feminino e o acesso das mulheres ao micro crédito.

ORGANISMOS PÚBLICOS E PLANOS PARA A IGUALDADE

O protocolo de colaboração estabelecido entre a CIG e a Direcção Regional da Igualdade de Oportunidades dos Açores (DRIO), em Maio de 2010, enquadra o alargamento, àquela região autónoma, do trabalho que a CIG tem vindo a realizar, em 2010, de apoio à elaboração de Planos Ministeriais para a Igualdade. Promovido pela Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social dos Açores, através da DRIO, e em estreita colaboração com a CIG, vai realizar-se, entre 25 e 29 de Outubro,

uma acção de formação sobre implementação de Planos para a Igualdade dirigida a profissionais de organismos públicos e privados dos Açores. Com a duração de dois dias, a acção terá lugar nas ilhas Terceira e São Miguel e contará com a participação da perita Heloísa Perista e o acompanhamento da CIG.

IGUALDADE, LINGUAGEM E LEGÍSTICA

Promovida pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e pela Secretária de Estado da Igualdade, realizou-se no passado dia 9 de Julho, na PCM, a 1.ª Oficina de Legística, sobre *A Igualdade de Homens e Mulheres nos Actos Normativos*, dirigida a juristas. Com um cariz formativo, a organização

desta Oficina esteve a cargo de Maria do Céu da Cunha Rego e contou com a colaboração da CIG através do N-CIG.

O programa da Oficina organizou-se em torno de: «O Impacto de Género dos diplomas legais», por Dinamene de Freitas, «A desigualdade de homens e mulheres como violação sistemática da normatividade jurídica pela normatividade social», por Maria do Céu da Cunha Rego, «A linguagem como obstáculo ou como motor para a igualdade de homens e mulheres», por Teresa Alvarez e um momento de prática sobre como «Concretizar a redacção de actos normativos livres de estereótipos de género».

A abertura do evento esteve a cargo do Secretário de Estado da PCM e da Secretária de Estado da Igualdade. Estiveram presentes 14 pessoas, 9 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. ■



Educação, Género e Cidadania na Escola Reynaldo dos Santos

Em curso desde 2008 em Vila Franca de Xira, na Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos, sede do Agrupamento de Escolas Dr. Sousa Martins, o Projecto Educação, Género e Cidadania está enquadrado por um protocolo com a CIG e confere continuidade a iniciativas promotoras da igualdade entre mulheres e homens que se têm desenvolvido nesta escola desde há mais de vinte anos. Escola-piloto de um projecto mais vasto desenvolvido pela CIG, no qual se insere a elaboração e edição de Guiões de Educação em Género e Cidadania, a Reynaldo dos Santos irá alargar o projecto aos outros estabelecimentos do Agrupamento.

Este projecto pretende promover a integração da dimensão de género na educação para a cidadania, a nível disciplinar e nos espaços curriculares não disciplinares, visando o crescimento e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos e das alunas, a promoção da igualdade e a erradicação das discriminações de género, com proveito para toda a comunidade escolar.

O projecto privilegia o estabelecimento de parcerias e a articulação com outros projectos da Escola/Agrupamento e desenvolve-se em 3 vertentes.

INICIATIVAS ESPECÍFICAS DO PROJECTO

O lançamento do projecto foi assinalado, em 2008, com uma Mostra de Recursos na Biblioteca, dando visibilidade aos recursos disponíveis na Bibliote-

ca na área do Género e enriquecendo o acervo com a oferta de livros por parte da CIG. A formação interna tem sido uma das vertentes do projecto. Em 2008/09 realizou-se uma oficina de formação de docentes de dois créditos sobre Género e Cidadania nos Ensinos Básico e Secundário, promovida pela ESE de Santarém em parceria com a CIG.

Funcionaram duas turmas e foram formadoras/es: Teresa Pinto (E. Reynaldo dos Santos CEMRI – U. Aberta), Teresa Alvarez (CIG), Conceição Nogueira (U. Minho), Maria João Silva (ESE Porto), Paula Silva (U. Porto), Vasco Prazeres (D-G Saúde). No mesmo ano realizaram-se, ainda, uma sessão sobre Género e Educação para a Saúde, dinamizada por Vasco Prazeres (Médico, Direcção-Geral de Saúde) e dirigida a docentes e elementos da direcção da Associação de Estudantes, e uma sessão sobre Publicações na Área do Género, dinamizada por Paula Brito (CIG), dirigida a docentes, coordenadora da Biblioteca e elementos da direcção da escola.

Em 2009/10, uma sessão no Conselho Pedagógico sobre Comunicação Inclusiva dinamizada por Teresa Alvarez (CIG), dirigida a elementos da Direcção, Conselho Pedagógico, da Coordenação de Projectos e de Directores/as de Turma, a pessoal não docente e elementos da Associação de Estudantes, deu origem a um Grupo de Trabalho sobre Comunicação Inclusiva a nível do Agrupamento de Escolas. Este grupo, constituído por docentes e pessoal não docente propõe-se rever e alterar, ao longo do ano lectivo de 2010/11, os documentos de comunicação do Agrupamento.

Foi também instituído um Certificado de Reconhecimento de Trabalhos de Mérito em Género e Cidadania Mariana da Assunção da Silva para trabalhos realizados por discentes do 5.º ao 12.º ano. A entrega dos certificados respeitantes aos trabalhos realizados no ano lectivo de 2009/10 teve lugar no dia 17 de Setembro de 2010 com a presença da Presidente da CIG e do Vereador da Educação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Cento e setenta e três alunas e alunos receberam o certificado e materiais da Campanha Nacional contra a Violência no Namoro cedidos pela CIG.

Ao longo do processo de elaboração dos Guiões de Educação. Género e Cidadania, iniciativa e edição da CIG com a validação da DGIDC-ME, elementos do corpo docente da escola colaboraram a nível de consultadoria pedagógica, aplicando algumas das actividades ainda em fase experimental.

ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROJECTOS DA ESCOLA

Em 2008/09, o projecto articulou com a Campanha de Não Violência no Namoro, realizada na escola pela Associação de Estudantes (AE), garantindo contactos com vista à formação de elementos da AE pela REDE de Jovens para a Igualdade (RPJIOH), ao apoio da CIG, à relação com mediadores/as do PIPT, APF, Direcção do Agrupamento e Coordenadora de Directores/as de Turma do Ensino Básico. A AE aplicou questionários, elaborou e afixou posters, organizou actividades de sensibilização para todos os anos de escolaridade e dinamizou um dia de debates para todas as turmas do ensino secundário.

Em 2009/10, o projecto articulou com o Projecto LIGO – Leitura e Igualdade de Género e Oportunidades, promovido pela Biblioteca com o apoio da Fundação



Calouste Gulbenkian e a parceria da CIG e da Biblioteca da CM de Vila Franca de Xira. Ao longo de todo o ano foram dinamizadas palestras, exposições e apresentações de trabalhos de discentes, seguidas de debate, versando temas como Os Afectos (em articulação, também, com o Projecto de Educação para a Saúde e o Programa de Educação Sexual em meio escolar), Os Direitos, As Liberdades e as Diversidades.

APOIO A PROJECTOS DE ÁREAS CURRICULARES

Um trabalho sistemático em sala de aula sustenta grande parte das iniciativas do projecto. O apoio a essas actividades, desenvolvidas por docentes com as suas turmas, constitui outra vertente fundamental do Projecto. No biénio 2008/2010,



foram 52 as e os docentes que se envolveram em actividades nas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, envolvendo um total de 33 turmas dos ensinos Básico 2/3, Secundário, dos Cursos Profissionais e de Educação e Formação. Para além de dar continuidade às linhas de acção já iniciadas, o projecto estabeleceu metas internas muito concretas a atingir a partir do presente ano lectivo: utilização de uma linguagem inclusiva na perspectiva do género em todos os meios de comunicação interna e externa do Agrupamento; integração da dimensão de Género nos Projectos Educativo e Curricular do Agrupamento; integração da dimensão de Género em todos os Projectos do Agrupamento.

Assumimos, pois, o desafio de tornar a escola um espaço privilegiado de construção de identidades individuais e colectivas alicerçadas no princípio da igualdade entre os sexos, contribuindo para a prática democrática dos direitos e deveres de cidadania. ■

Isabel Elias e Vitor Almeida

Desafiar a Indiferença: Género, Igualdade e Inclusão Social

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

No âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPEs), a CIG realizou no dia 25 de Junho o Seminário Internacional *Desafiar a indiferença: género, igualdade e inclusão social*. A iniciativa teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e contou com a participação de investigadoras e investigadores de renome nacional e internacional nos domínios dos Estudos de Género, da Economia e da Sociologia.

A abertura esteve a cargo de Sara Falcão Casaca, Presidente da CIG, e de Luísa Guimarães, em representação do Coordenador da Comissão Nacional do AECPEs.

Organizado em torno de dois eixos temáticos, o primeiro incidiu sobre *Género, Bem-estar e Inclusão Social* iniciando-se com a Conferência proferida pela investigadora espanhola Maria Ángeles Durán, do Conselho Superior de Investigação Científica, da Espanha. Manuela Silva e José António Pereirinha, do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, integraram o painel que se seguiu sobre o mesmo tema. O segundo, sobre *Igualdade de Género: Famílias Trabalho e Políticas Públicas*, iniciou-se com um painel constituído por Anália Torres e Sofia Aboim, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, e terminou com a Conferência da investigadora italiana Tindara Addabbo, da Università de Modena e Reggio Emilia. Teresa Rosmaninho, da Soroptimist Internacional Clube do Porto, apresentou e comentou o filme sobre Violência de Género, produzido no âmbito da actividade desenvolvida por aquela ONG. A Sessão de Encerramento teve a participação do Secretário de Estado da Segurança Social e da Secretária de Estado da Igualdade.

As intervenções colocaram a ênfase na feminização da pobreza e da exclusão social e na evidência de que estes fenómenos não são neutrais em termos de sexo, realçando-se, ainda, que as mulheres podem ter um papel estratégico para, em tempo de crise, melhorar o nível de bem-estar das respectivas famílias, em razão das capacidades e competências específicas que socialmente levadas desenvolver. De igual modo, reforçou-se a necessidade de integrar, na reflexão académica, preocupações teóricas e metodológicas que ponham em evidência a multidimensionalidade da exclusão social, de modo a conferir visibilidade às especificidades da pobreza feminina, e o carácter imperioso de as medidas de política reflectirem tais especificidades.

Assistiram ao evento 150 pessoas, provenientes de instituições de ensino superior, centros de investigação, organismos públicos centrais e regionais, governos civis, autarquias, sindicatos, organizações não governamentais e entidades privadas.

Durante o Seminário foi distribuída o Resumo Executivo do estudo realizado pela equipa do ISEG, coordenada por José António Pereirinha, *Género e Pobreza. Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino*. Destinado a grupos profissionais estratégicos no combate à pobreza e à exclusão social, pretendeu a CIG com esta brochura, editada por ocasião do Seminário e integrada no AECPEs, divulgar e dar a conhecer as principais conclusões do estudo editado em 2008. ■



Igualdade na diversidade

Pela *Diversidade Contra a Discriminação*. É este o mote da campanha do projecto PROGRESS que a CIG tem vindo a desenvolver ao longo do ano. O Núcleo de Cooperação Regional e Autárquica foi o ponto focal deste projecto e tem-se envolvido com determinação para o sucesso das suas actividades.

Abordar as Discriminações Localmente para Alcançar a Igualdade a Nível Global é um projecto na área da promoção da Igualdade e combate à Discriminação que pretende abordar, como o nome indica, a discriminação ao nível local para alcançar a igualdade a nível global. Em grande parte este projecto surge do êxito do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos e Todas (AEIOT) e de algumas das suas actividades mais emblemáticas, designadamente as Assembleias Municipais e a Exposição Móvel Itinerante.

do Dia da Europa, com o título *A Igualdade de Género para uma Europa Mais Inclusiva*, enquanto no dia 28 de Junho decorreu em Valongo outra Assembleia Municipal, com o título *A Igualdade na Diversidade*. Encontram-se já agendadas até Dezembro uma dezena de outras Assembleias Municipais em diferentes municípios do país.

A Exposição Móvel, com recurso a uma carrinha, também denominada Carrinha da Diversidade, tem seguido um percurso de paragens em função das autarquias aderentes às assembleias municipais e às autarquias parceiras de início do projecto – autarquias com protocolos de cooperação com a CIG, com o INR, com o ACIDI, etc. Tal como já tínhamos pensado durante o AEIOT, parece-nos pertinente associar a estas paragens, para além das visitas organizadas à exposição, *workshops* de sensibilização na área da Luta contra a Discriminação, tal como ocorreu em Beja e em Viana do Castelo. Nesta carrinha, para além dos materiais que fizemos circular durante o AEIOT, e outros mais recentes que tenhamos produzido até agora, julgámos estratégico associar também os produtos EQUAL que versem estas matérias e outros de qualidade nestas temáticas da discriminação em função da idade, origem étnica, género, orientação sexual, deficiência e crença/religião. Desde Maio a Carrinha da Diversidade já esteve presente em 10 localidades diferentes, nomeadamente Matosinhos, Viana do Castelo, Beja, Lisboa, Sesimbra, Moura, Valongo, Barcelos, Melgaço e Tábua. Até ao final do projecto está



Com o fim de promover as Assembleias Municipais com a temática *A Igualdade na Diversidade*, a CIG enviou ofícios para um conjunto de Autarquias com as quais tem protocolo e/ou que se mostraram mais proactivas na promoção da Igualdade. As Assembleias são convocadas por vontade expressa do Município, através do Presidente da Assembleia Municipal, e têm, como período antes da ordem de trabalhos, uma sessão dedicada às questões da Igualdade, em que um representante da CIG faz uma intervenção sobre as vantagens de promoção da Igualdade ao nível local, na perspectiva de uma abordagem integrada de combate a todas as formas de discriminação. Compete à CIG, sem perder o foco na perspectiva de género, ir integrando a questão das discriminações múltiplas, que introduz um novo paradigma de abordagem da desigualdade centrada no indivíduo em lugar da discriminação. A primeira Assembleia Municipal realizou-se no dia 7 de Maio em Matosinhos, integrada nas comemorações

prevista a presença em mais 25 localidades, seja no âmbito de Festas e eventos organizados por Autarquias, outros tipos de eventos associativos ou em dias comuns, mas com a mobilização da comunidade educativa local.

O *Estudo sobre Políticas e Medidas de Igualdade e Combate à Discriminação nas Autarquias* tem como objectivo final a produção de um Guião orientador para implementação de Planos Municipais para a Igualdade. Numa primeira fase o estudo utiliza a realidade dos 35 Municípios aos quais foram dirigidos ofícios, que se consideram representativos da diversidade territorial nacional, para produzir um documento susceptível de ser utilizado pelos restantes 308 municípios portugueses. Este estudo foi adjudicado ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), que se comprometeu em sede de contrato

Joana Marteleira

a fornecer serviços de consultoria aos municípios que se mostrarem interessados em produzir Planos para a Igualdade. No âmbito das iniciativas ligadas a este estudo, a CIG e o IGOT promoveram um *workshop* intitulado *Políticas e Medidas de Igualdade e Combate à Discriminação nas Autarquias Locais*, no dia 14 de Junho, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com cerca de 35 participantes, onde foram apresentados as linhas orientadoras do estudo. Contou-se com a presença, enquanto convidada, de Maria Dolores Garcia-Rámon, conhecida investigadora na área do género e território. Outro *workshop*, com o mesmo título, realizou-se no concelho de Valongo, no dia 16 de Julho, no Fórum Cultural de Ermesinde, com a presença de cerca de 50 pessoas, entre as quais técnicos autárquicos, decisores políticos locais, investigadores e membros de associações nacionais ou locais.

O projecto contempla também a Celebração de Dias Internacionais relativos às áreas de discriminação do Artigo 13.º, como foi o caso do dia 17 de Maio, Dia Mundial Contra a Homofobia e a Transfobia, assinalado em Lisboa através da Conferência da CIG *Contra a Homofobia e a Transfobia* e da colaboração no evento público *FREE HUG contra a Homofobia e Transfobia*. No mês passado foi também assinalado o Dia Internacional da Juventude, no 4.º Festival da Juventude de Tábua, dias 27 e 28 de Agosto, onde a Carrinha da Diversidade esteve também presente. Está prevista, até ao final do ano, a comemoração do Dia Internacional do Sénior, da Intolerância e dos Direitos Humanos, em localidades diferentes do país e alguns destes dias em colaboração com Autarquias.

Foi efectuada também a produção de Materiais Estratégicos de Sensibilização de onde se destaca uma *pen drive* com documentos estratégicos nas várias áreas de discriminação e organização de um Concurso Nacional de Escrita Inclusiva em parceria com o Instituto Nacional de Reabilitação, que já está a ser divulgado no site da CIG e do INR, com três prémios pecuniários, que serão entregues na Conferência de Encerramento do projecto, conferência esta que está agendada para dia 14 de Dezembro na Sala 1 da Zona de Congressos da Fundação Calouste Gulbenkian e apresentará os resultados do projecto. ■



Casa Eco Criativa

Pretendeu-se com o projecto *Casa Eco Criativa*, financiada pelo EEAGRANTS (Fundo ONG – Componente de Intervenção Social) no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu em Portugal, proporcionar aos/às jovens um espaço onde eles e elas, através do trajecto de uma personagem ficcional, pudessem ir reflectindo sobre os dilemas e interrogações que, normalmente, uma temática tão íntima como é a sexualidade se torna inibidora de uma abordagem directa do assunto. Particularmente quando os indicadores estatísticos são tão alarmantes, apontando para números muito elevados de relações sexuais não protegidas.

As actividades tiveram como ponto de partida o espectáculo *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, interpretado por um elenco de actores e actrizes profissionais e jovens da região, escolhidos por *casting* nas escolas da zona. Esses espectáculos serviram como mote para as oficinas, cujo o intuito consistiu na promoção da reflexão e do debate sobre os temas da sexualidade na adolescência.

Romeu e Julieta mostra-nos um drama da adolescência em que dois jovens pagam com a sua vida a intolerância de um uns pais tirânicos. A conhecida história de uma paixão à primeira vista que desafia as convenções sociais. Com o entusiasmo da adolescência, vemos dois jovens, (ou serão três?) e os seus familiares preocupados com as aparências. A prepotência do poder paternal, a amizade dos amigos e conselheiros, as dúvidas e as certezas que assolam todas estas personagens humanas. «A casa de Romeu é igual à casa de Julieta?» é a questão orientadora da reflexão que se pretende com esta peça. Questões como a igualdade de tratamento, os papéis socialmente atribuídos em função do género, os comportamentos e responsabilidades são reflexões presentes nesta inovadora abordagem, que, sem modificar os textos de Shakespeare, foca a atenção dos jovens e adultos presentes para as questões essenciais neste novo século.

Uma encenação de São José Lapa e Inês Lapa Lopes, com os participantes do projecto *Casa Eco Criativa*: Carlos Zacarias, Carolina Curado, Eva Pereira, Felicidade Matias, Filipa Lourenço, Francisco Pereira, Jesus Aldeia, Lúcia Sousa, Luís Pacheco, Rodolfo Neta, Sandra Neta Fernandes, Sara Matos, Vanessa Silva e Luís Fernandes. ■

Programa SEM Violência Familiar

No passado dia 25 de Maio foi celebrado um protocolo entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, representada pela sua Presidente, Sara Falcão Casaca, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, representada pelo Presidente do Conselho Directivo, Rui Portugal e a Coordenação Nacional de Saúde Mental, representado pelo seu Coordenador, José Miguel Caldas de Almeida. Este protocolo de cooperação visa promover a melhoria das competências e dos procedimentos na área da violência doméstica, de forma a potenciar a intervenção e a articulação dos vários «actores» no terreno.

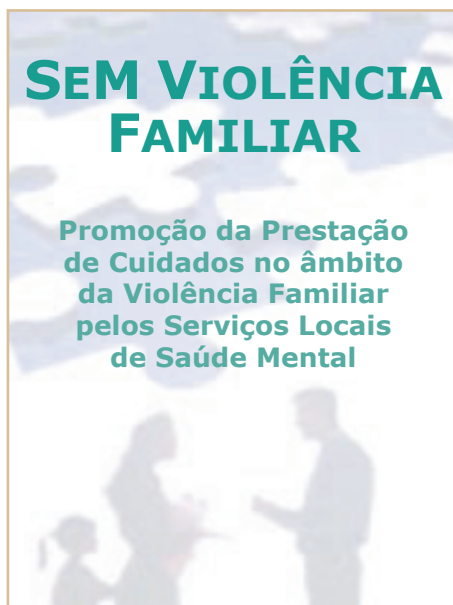
A violência doméstica (VD) ocorre ao longo do ciclo vital, em todas as regiões do mundo, sem distinção de classe social, grupo racial, nível económico, educacional ou religião. Constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e uma ofensa à dignidade humana, limitando o reconhecimento e exercício de tais direitos e liberdades.

A investigação efectuada acerca das consequências da violência na saúde permite concluir que:

- Os efeitos da violência podem persistir muito tempo após esta ter cessado;
- Quanto mais severo é o grau de violência, maior é o impacto na saúde física e mental da vítima;
- O impacto ao longo do tempo, de diferentes tipos de violência e de vários episódios, parece ter um «efeito» cumulativo.

Em Portugal, a par com as actividades desenvolvidas no âmbito do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007/2010), o Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM) 2007-2013 prevê, no seu programa, a intervenção a nível dos públicos mais vulneráveis, nomeadamente na área da VD e do abuso infantil. Destaca-se a importância de constituir uma rede entre todos os organismos públicos e privados que lidam com a VD, para que se estabeleçam *standards* mínimos de atendimento e encaminhamento.

Assim, pretende-se que os Serviços Locais de Saúde Mental (SLSM) desenvolvam projectos na área da violência doméstica capazes de estimular a emergência de uma rede de cuidados multidisciplinares e multisectoriais (Saúde, Justiça, Polícias, Social) que privilegiem, a par de uma maior rapidez e eficácia na avaliação e intervenção, a implementação de condições facilitadoras à proximidade, acessibilidade, continuidade e personalização dos cuidados.



Defende-se também a importância de fomentar nos SLSM a criação de projectos e intervenções especializadas que possam contribuir para:

- triar precocemente as situações de violência doméstica;
- avaliar o risco associado;
- implementar estratégias adequadas a cada caso;
- definir uma matriz e instrumentos que possibilitem o registo mais preciso e a análise sistemática da informação produzida;
- promover um maior conhecimento da epidemiologia do fenómeno.

Ao abrigo desta parceria entre CIG/CNSM e o Grupo VIII do Centro Hos-

pitalar Psiquiátrico de Coimbra, iniciou-se em Maio um programa que visa a promoção da prestação de cuidados na área da violência familiar/conjugal pelos Serviços Locais de Saúde Mental, numa lógica de intervenção em rede.

Designado *SEM Violência Familiar*, este programa consistirá, numa fase piloto, numa acção de sensibilização e uma acção de formação a realizar nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte (o protocolo com a ARS Norte é assinado em Outubro no Porto), perspectivando-se o alargamento progressivo às restantes regiões do país.

O programa *SEM Violência Familiar* tem como objectivo:

- Formar profissionais dos Serviços de Saúde Mental nesta área
- Disseminação de boas práticas nacionais
- Sensibilização de outros serviços/instituições da comunidade para as questões de saúde (mental) associadas à problemática e para a necessidade de intervir numa perspectiva multidisciplinar, multi-sectorial e em rede.

O presente protocolo foi assinado por ocasião da primeira Acção de Sensibilização sobre a temática *Violência Doméstica e Saúde Mental* – na qual estiveram presentes cerca de 120 profissionais. Encontra-se a decorrer a segunda fase do projecto, formação, abrangendo cerca de 40 técnicos.

O protocolo em apreço afigura-se, para além de inovador, fulcral no sentido de garantir um maior e mais efectivo envolvimento por parte dos Serviços de Saúde em geral, e da Saúde Mental em particular, na problemática da Violência Doméstica, estreitando a relação e a articulação entre a Saúde (entendida enquanto porta de entrada, plataforma de encaminhamento e espaço de intervenção na problemática da VD) e a entidade com responsabilidade de coordenação e implementação das políticas de prevenção e combate à violência doméstica/de género. ■

Cláudia Mateus

Pensar os Afectos, Viver em Igualdade



O júri, constituído por representantes da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), apreciou os trabalhos tendo como critérios a consonância com os objectivos do concurso, a participação equilibrada de alunos e alunas envolvidos/as, os meios utilizados para a sua execução, o público-alvo a atingir com a acção, bem como a disseminação de informação exercida no contexto das relações afectivas.



No dia 7 de Julho, celebrou-se no Centro Cultural Casapiano, em Belém, a cerimónia de entrega de prémios às Escolas e/ou Agrupamentos Escolares vencedores/ as os prémios do Concurso *Pensar os afectos, viver em Igualdade*. A cerimónia contou com a presença da Secretária de Estado da Igualdade e do Secretário de Estado Adjunto da Educação.

Os/as seis premiados/as foram seleccionados de entre os cerca de 130 concorrentes: Escolas e ou Agrupamentos Escolares dos vários níveis de ensino – 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, incluindo escolas profissionais – as/os quais produziram e desenvolveram, nas respectivas Escolas e comunidades locais, 100 projectos de Campanha de Sensibilização Local sobre a temática proposta: *Pensar os Afectos, Viver em Igualdade*.



Apresentaram trabalhos na Categoria A (1.º ciclo do Ensino Básico) 15 Agrupamentos/Escolas das regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo; na Categoria B (2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico) 60 Agrupamentos/Escolas de todas as regiões do continente e na Categoria C (Ensino Secundário) 25 Agrupamentos/ Escolas também de todas as regiões.

Em cada categoria foram atribuídos um primeiro e um segundo prémios às campanhas seleccionadas, num total de 6 prémios, os quais consistem na entrega à Escola/Agrupamento de uma verba de 7000 euros para o primeiro prémio e de 3000 euros para o segundo.

O concurso *Pensar os Afectos, Viver em Igualdade* foi uma iniciativa promovida pela CIG em colaboração com a DGIDC que decorreu no ano lectivo de

2009/10, associando-se à *Campanha Nacional Contra a Violência no Namoro*.

Com a iniciativa procurou-se sensibilizar alunos e alunas para a necessidade de prevenir situações de violência nas relações interpessoais, nomeadamente as que assentam em concepções de desigualdade de género, estimulando o estabelecimento de relacionamentos baseados na paridade e no respeito mútuo ao nível das relações afectivas. Pretendeu-se ainda sensibilizar a comunidade escolar para a problemática da violência nas relações interpessoais, especificamente as de intimidade e de namoro, promovendo uma cultura escolar de respeito, igualdade e não-violência.

A adesão de Escolas e/ou Agrupamentos Escolares dos vários níveis de ensino e de todas as regiões do país, e a qualidade de muitos dos trabalhos apresentados, permitiu-nos afirmar o sucesso da iniciativa, que teve seguramente repercussões não só nas comunidades escolares como também nas comunidades locais onde aquelas estão inseridas.

ESCOLAS / AGRUPAMENTOS ESCOLARES PREMIADOS

Categoria A 1.º CEB

1.º **Ag. Escolas O Rouxinol – EB1/JI de Miratejo**

2.º Ag. Escolas do Miradouro de Alfazina – EB1/JI de Monte de Caparica

Categoria B 2.º | 3.º CEB

1.º **Escola Secundária c/3.º CEB de Sabugal**

2.º Agrupamento de Escolas de Bucelas

Categoria C Ensino Secundário

1.º **AEVA – Escola Profissional de Aveiro**

2.º Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto

Terapia inovadora para mulheres vítimas de violência na intimidade disponível na Região Norte

A Escola de Psicologia da Universidade do Minho (UM) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) estão a desenvolver, na Região Norte, grupos de intervenção terapêutica, gratuitos, para mulheres que se encontrem actualmente em situação de violência conjugal, ou que tenham saído de uma relação abusiva no último ano. Este projecto resulta de uma candidatura da CIG à tipologia 7.7 do POPH e terá o seu término em Abril de 2011.

Promover competências pessoais e sociais é o objectivo principal. Inovadora no nosso país, esta modalidade de apoio, reúne diversas potencialidades: permite às participantes validar a sua experiência de vitimação conjugal, oferecendo-lhes encorajamento e suporte. Por outro, a participação num grupo deste tipo reduz o isolamento social, tão comum a esta população, uma vez que se viabiliza uma nova rede de relações. É ainda uma oportunidade de aprender através das experiências de outras mulheres, da identificação de problemas comuns e da partilha de estratégias de resolução de problemas.

A nível internacional, esta é a modalidade de intervenção mais comum junto de mulheres vítimas de violência doméstica, estando documentada a sua capacidade de produzir melhorias significativas em áreas como a auto-estima, o suporte social e o coping. Há ainda evidências no decréscimo da violência, da raiva, da depressão e do stress. A intervenção em grupo tem-se mostrado útil também no desenvolvimento de atitudes mais saudáveis face ao casamento e à família.

Este programa GAM – Grupos de Ajuda Mútua – consiste na implementação e dinamização de grupos e a sua respectiva avaliação (em termos de eficácia e processo de mudança subjacente). Associado a este programa está ainda a construção de um manual de boas práticas para a intervenção em grupo com mulheres vítimas. Visa, em paralelo, a qualificação de técnicos para a dinamização desta modalidade de intervenção, de forma autónoma.



Os grupos são implementados a partir de uma intervenção psico-educativa, com orientação cognitivo-comportamental. Ao longo de 8 sessões semanais, com duração de 90 minutos, fomenta-se a atribuição de um novo significado para as dinâmicas violentas (ex. carácter criminal, responsabilização única do agressor) e procura-se reduzir o impacto psicológico e os efeitos nefastos decorrentes da vitimação (ex. auto-culpabilização, vergonha, medo, isolamento). Em paralelo, procura-se prevenir novas vitimações, estimulando-se relações íntimas saudáveis. Para atingir estes objectivos, utilizam-se diferentes estratégias de intervenção: dinâmicas de integração; treino com casos práticos; role-play; reestruturação cognitiva; técnicas de relaxamento; visualização e debate a partir de vídeos e jogos didácticos. Na dinamização dos grupos, estão duas facilitadoras, com treino prévio em terapia cognitivo-comportamental.

« **Depois de entrar no grupo ficamos a ser como uma só. Cada caso era um caso, eram diferentes mas acabavam por ir todos ao mesmo sítio, todas estávamos na mesma situação. E foi isso que nos fez ganhar coragem e a dar força umas às outras.** »

« **Acho que me fez aprender a gostar mais de mim e a defender os meus direitos. Eu tenho direitos. Eu tenho o direito de amar, tenho o direito de respeitar e ser respeitada.** »

Pobreza no feminino

Para que se possa desenvolver uma prática empiricamente testada, as sessões são video-gravadas para uma análise posterior (estudo do processo de mudança). Para a avaliação da eficácia (ou sucesso) dos grupos, as participantes preenchem uma bateria de instrumentos de avaliação, em diferentes momentos (pré e pós-teste; *follow-up*). Estes instrumentos avaliam diversas áreas: sintomatologia geral, depressão, auto-estima, suporte social, estratégias de *coping*, formas de vitimação experiênciada, grau de legitimação da violência. Outra particularidade dos GAM é o recurso a reforços intermédios e finais (ex: *voucher* para cabeleireiro, nutricionista; passeio e celebração em grande grupo), que visam a valorização pessoal e social das participantes.

O primeiro grupo contou com a participação de oito participantes e constituiu-se desde logo como um forte aliado contra a vergonha que algumas sentiam. Este espaço permitiu-lhes perceber que não são casos únicos, que há outras mulheres com situações de vida semelhantes e que a responsabilidade do que acontece em casa é unicamente do agressor. O grupo torna-se também no contexto ideal para perceber que há diferentes formas para lidar e terminar com uma relação abusiva.

Em termos de resultados finais deste primeiro GAM, tornou-se evidente que o grupo teve um impacto positivo nas participantes, assinalado pelo aumento a nível da auto-estima e do suporte social. Assistiu-se ainda a um decréscimo ao nível da sintomatologia geral e da depressão. Verificou-se também uma diminuição nos comportamentos violentos sofridos e nas crenças legitimadoras da violência.

Para estes resultados, foi fundamental a partilha com outras mulheres, as relações de amizade que se estabeleceram, o facto de o programa intervenção se focar no empowernent e na gestão emocional, bem como os reforços intermédios e finais às participantes. Outro factor-chave nas mudanças operadas foi a responsabilização exclusiva do agressor pela violência e a criminalização das suas condutas abusivas, a par da desconstrução de mitos sobre a violência íntima. Em conjunto, estes factores facilitaram novos significados sobre a violência.

Os GAM tornam-se assim numa oportunidade para aprender mais sobre a violência na intimidade, algo que será muito útil, quer para as participantes que enfrentam diariamente os discursos dos seus parceiros (por exemplo, de culpabilização da vítima), quer para aquelas que vão iniciar novos relacionamentos. ■

O Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social (GAAS) da Santa Casa da Misericórdia de Vizela, em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Vizela, promoveu no dia 31 de Março de 2010, no Auditório dos Bombeiros Voluntários de Vizela, um colóquio subordinado ao tema *Pobreza no Feminino*. A abertura deste evento foi efectuada pelas entidades promotoras, tendo o Presidente Dinis Costa e o Provedor Domingos Vaz Pinheiro dirigido algumas palavras aos presentes.

Esta iniciativa, que contou com a participação da técnica Rosa Oliveira da Delegação do Porto da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, na qualidade de oradora, e de Sandra Pereira, jornalista da RTP, insere-se na comemoração do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Neste âmbito, importa referir que, em Vizela, a Câmara Municipal em colaboração com as entidades que desenvolvem intervenção social no concelho, organizaram para o presente ano uma série de iniciativas, definindo temas específicos para cada mês.

Realça-se que, o convite para a parceria na organização da actividade do mês de Março, alusiva ao tema *Pobreza e Exclusão Social no Feminino*, foi dirigida à Santa Casa da Misericórdia de Vizela, através do seu Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social, devido ao facto de ser relevante o elevado número de mulheres beneficiárias da prestação pecuniária do rendimento social de inserção, quer neste concelho, quer a nível nacional.

A adesão a este colóquio foi francamente positiva, com a participação de cerca de 130 pessoas, destacando-se a presença maioritária de mulheres. É de salientar a presença de um número elevado de pessoas que se encontram integradas em processos de aumento de qualificações escolares e profissionais e de beneficiários do rendimento social de inserção.

Importa ainda referir que este evento contou com a presença de Técnicos das Instituições Locais, nomeadamente da área social e educação. ■



Notícias ainda tratam homens e mulheres de forma desigual



O mundo retratado nas notícias é basicamente masculino: 76% Das pessoas ouvidas ou sobre quem se lê nas notícias são do sexo masculino. Apenas 24% são do sexo feminino.

Além disso, globalmente, só 13% das notícias focam centralmente as mulheres. Em Portugal essa percentagem foi ainda menor no dia da monitorização, não tendo ultrapassado os 8%.

A proporção de mulheres nas notícias identificadas como participantes em ocupações fora de casa não reflecte a realidade.

É igualmente notório que o comentário de pessoas peritas é opressivamente masculino, com apenas uma mulher por cada cinco pessoas peritas entrevistadas nas notícias.

Globalmente, os homens excedem em número as mulheres mesmo na opinião popular e informação baseada na experiência pessoal, ainda que os dados nacionais revelem alguma aproximação entre os sexos nesta categoria.

As mulheres estão ainda significativamente pouco representadas na cobertura dos meios de comunicação noticiosos, segundo a quarta edição da investigação do Global Media Monitoring Project (GMMP), realizada em 108 países. Segundo o estudo coordenado pela World Association for Christian Communication (WACC) agora publicado, apesar de se registarem mudanças significativas desde que o projecto começou há 15 anos, o mundo visto pelos media noticiosos permanece basicamente masculino. Com efeito, 76% das pessoas ouvidas pelos órgãos de comunicação social ou que surgem como protagonistas nas notícias são do sexo masculino.

O projecto analisa, de cinco em cinco anos, um dia nas notícias de todo o mundo.

O dia 10 de Novembro de 2009 foi um dia de rotina para todos/as os/as jornalistas do mundo. Foi, contudo, um dia especial em mais de 100 países para os grupos que se reuniram para monitorizar os seus meios de comunicação. Após meses de planeamento, preparação e formação, deram vida à quarta edição do Projecto de Monitorização Global dos Media (GMMP).

Neste dia, múltiplas equipas de pessoas voluntárias em 108 países monitorizaram 1365 jornais, noticiários rádio e de televisão e sites de notícias. Analisaram 17 795 notícias, e 38 253 pessoas nessas histórias.

As equipas de monitorização foram constituídas por docentes e estudantes de inúmeras universidades, profissionais dos media e das suas associações, bem como um grande número de organizações da sociedade civil. Em Portugal, a equipa foi constituída por docentes e estudantes de Jornalismo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Esta equipa analisou notícias de 3 noticiários da televisão, de 3 noticiários de rádio e de 6 jornais, num total de 119 notícias portuguesas que envolveram 373 pessoas como sujeitos dessas notícias (pessoas entrevistadas ou sobre quem é a notícia).

Do estudo global podem tirar-se várias conclusões como as que de seguida se apresentam.

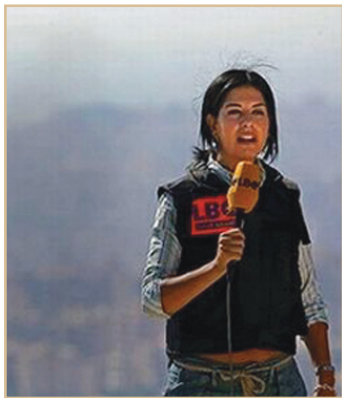
Mulheres e homens nas notícias muitas vezes são tratados de modo diferente. Só 6% de todas as notícias desafiam os estereótipos sexuais.

Muitas notícias usam linguagem e imagens que reforçam estereótipos sexuais. No conjunto dos 108 países, apenas 6% de todas as histórias de notícias desafiam estereótipos sexuais. Os dados nacionais apontam para 4% em Portugal, mas a larga maioria das notícias aqui analisadas não reforça nem desafia os estereótipos, limitando-se a reproduzir o status quo. Tal não significa, no entanto, que as notícias sejam neutras à questão do género como todos os dados do projecto mostram.

A tendência para identificar mulheres baseadas nos seus atributos físicos persiste. As notícias mencionam a idade de mulheres nas notícias duas vezes mais do que a dos homens. Do mesmo modo, mencionam a relação familiar das mulheres quase quatro vezes mais do que no caso dos homens.

As mulheres têm também mais do dobro de possibilidades de serem retratadas como vítimas nas notícias.





A percentagem de notícias trabalhadas por mulheres jornalistas está a aumentar. As notícias por repórteres do sexo feminino têm um pouco mais de probabilidade de representar melhor as mulheres.

Hoje, as repórteres do conjunto de países analisados são responsáveis por 37% das notícias em comparação com 28% há quinze anos. Em Portugal, no dia da monitorização, elas assinaram mesmo a maioria das notícias analisadas.

As histórias das repórteres têm também menor probabilidade reforçar os estereótipos sexuais. 25% de notícias destas repórteres reforçam os estereótipos de género em comparação com 42% das histórias pelos seus colegas.

As notícias das jornalistas do sexo feminino contêm mais mulheres (28%) do que histórias dos repórteres do sexo masculino (22%).

Quinze anos após o início deste projecto, É possível assinalar um progresso no sentido de um retrato mais justo e equilibrado na representação das mulheres, mas a modificação é lenta.

Há quinze anos, em 1995, 17% de pessoas nas notícias do conjunto dos países analisados eram do sexo feminino, em comparação com 24% de hoje.

- As mulheres são agora 19% das pessoas nas notícias sobre política e governo em comparação com 7% há quinze anos.
- As mulheres são agora 20% das pessoas nas notícias na economia em comparação com 10% há quinze anos. Contudo, nos últimos cinco anos não se viu nenhum aumento.
- As mulheres são agora centrais em 13% de histórias de notícias em comparação com 10% de há cinco anos.
- Das pessoas que constituem a opinião popular nas notícias 44% são mulheres, em comparação com 34% em 2005.
- Das pessoas que dão a sua experiência pessoal nas notícias 38% são mulheres, em comparação com 31% há cinco anos.
- Das testemunhas oculares nas notícias 34% são mulheres, em comparação com 30% há cinco anos.
- Das pessoas que dão comentário perito nas notícias, 20% são mulheres em comparação com 17% de há cinco anos.

Algumas notícias exemplares demonstram que dar peso igual às vozes femininas e masculinas e ter em conta a dimensão do género constituem uma forma de qualidade nas notícias. Estas podem reflectir mais exactamente o mundo se representarem mulheres e homens de uma forma mais equilibrada.

O relatório global e os relatórios nacionais – incluindo o de Portugal – contêm exemplos qualitativos de notícias publicadas no dia da monitorização que desafiam ou reforçam os estereótipos ou que perdem oportunidades de incluir a dimensão de género nas suas histórias.

A marginalização das vozes das mulheres é um desafio-chave à liberdade de expressão.

Em Fevereiro de 2010, quatro relatores especiais sobre liberdade da expressão nomeados pelas Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa identificaram conjuntamente 10 pontos-chave que se constituem como desafios na liberdade da expressão a ter em conta a ter na próxima década. A discriminação no gozo do direito à liberdade da expressão das mulheres e de outros grupos marginalizados é um desses dez desafios-chave: «... historicamente os grupos em desvantagem, incluindo as mulheres... continuam a esforçar-se por conseguir fazer ouvir as suas vozes e aceder a informação que lhes é relevante.» (*Tenth Anniversary Declaration: Ten Key Challenges to Freedom of Expression in the Next Decade*). Os quatro relatores especiais sobre liberdade da expressão mostram-se particularmente preocupados com a falta de medidas de auto-regulação para corrigir uma «cobertura inadequada pelos meios de comunicação... de questões de relevância para os grupos historicamente em desvantagem; [e] a prevalência de informação estereotipada sobre estes grupos.»

A representação justa de ambos os sexos e representação de mulheres é uma marca dos padrões profissionais e éticos no jornalismo, tal como a exatidão, o equilíbrio e a honestidade.



Um bom jornalismo inclui um retrato paritário de ambos os sexos. Nesse sentido, considerar a dimensão de género é um imperativo profissional que deve estar integrado no trabalho jornalístico diário, pois só assim se produzem notícias equilibradas, exactas, incisivas e estimulantes. A esse propósito, Aidan White, Secretário Geral da Federação Internacional de Jornalistas, diz que «o retrato justo de ambos os

sexos é uma aspiração profissional e ética, semelhante a respeitar a exactidão, o equilíbrio e honestidade.» (*Getting the Balance Right: Gender Equality in Journalism*, International Federation of Journalists, 2009).

Também Mindy Ran, Presidente do Conselho sobre Género da Federação Internacional de Jornalistas diz que «o jornalismo ético tem que ver com o assumir das responsabilidades pelas escolhas feitas e com uma consciência do impacto dessas escolhas [...]. Inerente a esta responsabilidade é a ideia de que uma reportagem equilibrada é uma reportagem ética» (em *Who Makes the News? The Global Media Monitoring Project 2010*).

Os resultados globais e nacionais do projecto, nas suas várias edições, bem como a metodologia utilizada e inúmeras perspectivas sobre a questão de género nas notícias pode ser consultado em www.whomakesthenews.org.



Militares femininos nos teatros de operações e cooperação

No ano de 1992, o ingresso de mulheres na Marinha Portuguesa revelou-se um desafio cultural e organizacional que provocou várias alterações e adaptações a nível interno, desde os uniformes, passando pelos de procedimentos de gestão, até à produção de regulamentação interna. Passada esta primeira fase de natural adaptação, a integração das mulheres na instituição e a progressão na carreira têm-se processado de uma forma gradual.

Neste momento, a Marinha Portuguesa conta com uma percentagem de 8,7 mulheres militares que estão envolvidas na execução de todas as tarefas decorrentes das três missões fundamentais da Marinha Portuguesa, Defesa Militar e Apoio à Política Externa, Segurança e Autoridade do Estado e Desenvolvimento Económico, Científico e Cultural.

Do desempenho dos militares femininos importa salientar a sua participação na Defesa Militar e Apoio à Política Externa e na Segurança e Autoridade do Estado, nomeadamente na concretização das tarefas de defesa colectiva e expedicionária, protecção dos interesses nacionais e diplomacia naval, vigilância, fiscalização e policiamento, e estados de excepção e protecção civil.

DEFESA COLECTIVA E EXPEDICIONÁRIA

Nos teatros de operações, as militares, embarcadas a bordo do *NRP Corte Real* e do *NRP Álvares de Cabral*, participaram, respectivamente, nas Operações *Allied Protector* e *Ocean Shield* de combate à pirataria no Corno de África, em 2009 e 2010, no âmbito

da força-tarefa da NATO SNMG-1 (Standing Nato Maritime Group 1).

Nestas operações, e em função da classe e especialidade de cada uma a bordo, estas militares contribuíram para a detenção de ataques piratas a navios mercantes, confiscação de armas e munições, detenção, para identificação, de presumíveis piratas, bem como para a execução de missões de carácter humanitário. Sendo de salientar que, na *Ocean Shield*, a localização e identificação das unidades navais suspeitas foi assegurada pela piloto de helicópteros, primeiro-tenente Mónica Martins.

O balanço efectuado pelas militares foi positivo, havendo um sentimento de missão cumprida e de bom desempenho em termos de representação de Portugal e da Marinha, tendo sido referido como aspecto menos positivo o afastamento da família.

A Marinha Portuguesa conta com uma percentagem de 8,7 mulheres militares que estão envolvidas na execução de todas as tarefas decorrentes das três missões fundamentais da Marinha Portuguesa: Defesa Militar e Apoio à Política Externa, Segurança e Autoridade do Estado e Desenvolvimento Económico, Científico e Cultural

PROTECÇÃO DOS INTERESSES NACIONAIS E DIPLOMACIA NACIONAL

No desenvolvimento do relacionamento externo, a Marinha, em articulação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e sob coordenação da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPND), desenvolve actividades bilaterais, tanto em território nacional como em território estrangeiro, tendo, no âmbito do relacionamento bilateral com o Uruguai, a primeiro-tenente Vânia Carvalho, a bordo do navio *ROU 04 General Artigas*, participado na Campanha Antártica 2008/2009, em apoio às actividades científicas no «continente branco».

No quadro bilateral, a Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com Timor-Leste, que é executada localmente pelas Forças Armadas, tem também, nos dois últimos anos, sido assegurada por militares femininos.

As mulheres militares, maioritariamente empenhadas no desenvolvimento de assessorias temporárias, têm prestado apoio na área da formação em Cabo Verde (1 assessoria em 2008) e em Moçambique (2 assessorias, 1 em 2009 e outra em 2010).

No corrente ano, e pela primeira vez, os núcleos de apoio aos militares portugueses a exercer missão de CTM (Núcleos de Apoio Técnico – NAT) em Moçambique e Angola estão guarnecidos por duas sargentos, a primeiro-sargento Sónia Lopes e a segundo-sargento Clotilde Quaresma, respectivamente. As duas militares prestam apoio na gestão dos serviços dos NAT, nomeadamente nas áreas financeiras, do pessoal e do abastecimento.

Em termos profissionais, é enaltecida a maior capacidade de gestão de situações inesperadas e adversas decorrente das exigências das missões e o espírito de camaradagem entre todos os elementos no terreno.



VIGILÂNCIA, FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO

A Marinha, de modo a impedir a exploração ilegal, efectua vistorias a embarcações de pesca nas águas sob jurisdição nacional. O comando das Lanchas de Fiscalização já coube a 4 mulheres, estando actualmente a segundo-tenente Marta Araújo a comandar o *NRP Centauro* e a segundo-tenente Rita Oliveira o *NRP Águia*.

ESTADOS DE EXCEÇÃO E PROTECÇÃO CIVIL

No apoio às populações vítimas das cheias que assolaram a Madeira em Fevereiro de 2010, o *NRP «Corte Real*, em reforço da capacidade de busca e salvamento do Funchal e da Autoridade Marítima Nacional, rumou à Madeira com a missão de salvar vidas, apoiar as populações e prestar auxílio na recuperação de infra-estruturas básicas, nomeadamente ao nível das comunicações. Os militares femininos envolvidos na missão, à semelhança dos seus pares masculinos, demonstraram dedicação e empenho, tendo desempenhado de forma irrepreensível as funções que lhes foram cometidas. ■

A ILGA Portugal continuou, ao longo dos últimos meses, a ter muitas actividades no âmbito da nossa luta contra a discriminação e pelo direito à diferença

IGUALDADE NO ACESSO AO CASAMENTO

No dia 17 de Maio, Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia, o Presidente da República promulgou a lei que garante igualdade no acesso ao casamento. Tratou-se do culminar de uma campanha que mereceu um grande investimento por parte da ILGA Portugal e que demonstrou que a sociedade civil pode promover uma causa de Direitos Humanos e contribuir para que Portugal esteja na linha da frente dos direitos fundamentais para todas as pessoas: Portugal tornou-se o sexto país da Europa e o oitavo no mundo a eliminar uma discriminação na lei num aspecto tão importante como o da conjugalidade.

Esta medida era há muito reivindicada pela ILGA Portugal, que fez um trabalho sistemático de sensibilização e que, a partir da sociedade civil, foi granjeando apoios crescentes em termos sociais e políticos. No dia da publicação da lei em Diário da República, o Primeiro-Ministro convidou representantes de associações, nomeadamente da ILGA Portugal, para um almoço comemorativo deste passo histórico.

Orgulho na igualdade



10.ª MARCHA DO ORGULHO LGBT

No dia 19 de Junho, a 10.ª Marcha do Orgulho LGBT foi a mais participada e a mais animada de sempre, com uma grande representação da ILGA Portugal, enfatizando a igualdade já alcançada e questões prioritárias que ainda exigem a atenção da sociedade e do poder político. A Marcha resultou de um esforço concertado de dezoito associações e colectivos e mereceu, uma vez mais, a atenção dos media e a participação de diversas formações partidárias e de outras organizações da sociedade civil.

14.º ARRAIAL PRIDE

Desde a sua primeira edição em 1997, o Arraial Pride é o maior e mais participado evento lésbico, gay, bissexual e transgénero (LGBT) a nível nacional. Organizado pela ILGA Portugal em parceria

com a CML e a EGEAC, o Arraial Pride está integrado nas Festas de Lisboa e coloca a cidade na rede de capitais europeias que celebram o Dia Internacional do Orgulho LGBT: o orgulho de recusarmos a vergonha e o preconceito e de lutarmos pela igualdade para todas as pessoas.

O Arraial Pride é uma enorme festa de acesso livre e gratuito, aberta a todas as pessoas que, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género, se revêem num Portugal mais democrático e inclusivo, sem discriminações ou preconceitos. Mas o Arraial Pride também é uma espécie de ficção social: num espaço central, num espaço nobre, num espaço vivo, integrado na cidade, mostra como pode ser uma cidade e um país sem discriminação – em que todas e todos podemos, de forma simples, conviver como iguais. Em Junho de 2010, o Terreiro do Paço acolheu o 14.º Arraial Pride, em mais um dia histórico num ano histórico para a ILGA Portugal. No Arraial Pride, que é sempre para todas as pessoas, celebrámos o facto de o casamento ter finalmente passado a ser também para todas as pessoas – e celebrámos o orgulho na igualdade já alcançada e na mobilização continuada pela igualdade.

Estimamos que tenham estado presentes cerca de vinte e cinco mil pessoas no Arraial Pride mais participado de sempre. O público foi muito diversificado, com um equilíbrio na participação de mulheres e homens – para além da integração do público infantil no espaço dedicado a crianças, o Arraialito. Jogos, passatempos, concursos, uma zona de exposição e divulgação de associações e colectivos e um cartaz apelativo (pela primeira vez com o patrocínio de uma marca comercial) foram apenas alguns dos destaques deste ano.

No auge da festa, pela meia-noite, todo o Arraial Pride fez um grande brinde à igualdade, depois de mostrarmos um vídeo sobre o dia 8 de Janeiro com intervenções da sessão legislativa que aprovou o casamento de pessoas do mesmo sexo – um brinde que contou também com a presença de várias personalidades convidadas, bem





como de representantes de grupos parlamentares. Muitos milhares de pessoas celebraram em uníssono o papel da sociedade civil e o trabalho da Assembleia da República, num momento único de um evento que aliou a sociabilização à política, promovendo a participação activa na vida pública e a dignificação das instituições democráticas.



DIREITOS HUMANOS: NA EUROPA E NO MUNDO

Em Maio de 2010, para além da participação numa reunião da EU Network em Vilnius, a ILGA Portugal esteve representada no Baltic Pride, apoiando este evento após várias ameaças quanto à sua realização e após vários anos de inibição da liberdade de manifestação na Lituânia.

Em Junho, a ILGA Portugal foi convidada pela Comissão Europeia para participar no painel LGBT do *EU-Brazil Human Rights Civil Society Seminar*, um seminário em Brasília que permitiu o intercâmbio de boas práticas, bem como a construção de um plano de acção para a interacção entre o Brasil e a União Europeia na promoção dos Direitos Humanos das Pessoas LGBT.

Ainda no âmbito de redes e parcerias internacionais, a ILGA Portugal integra o grupo de associações europeias que organiza a 1.ª Conferência Europeia sobre famílias LGBT que decorrerá em Paris em Setembro próximo, com a presença de vários/as responsáveis políticos/as e com os objectivos de mostrar a importância das famílias LGBT na Europa; e de promover o conhecimento e os direitos destas famílias no continente. Na sequência das reuniões preparatórias desta conferência, foi decidido criar a NELFA (Network of European LGBT Families Associations, Rede Europeia de Associações de Famílias LGBT), na qual a ILGA Portugal participa activamente.

FORMAÇÃO ANTI-DISCRIMINAÇÃO

Na sequência da Conferência Internacional *Políticas Integradas contra a Discriminação das Pessoas LGBT (Mainstreaming LGBT Anti-Discrimination Policies)* que, em Março de 2009, revelou a necessidade premente de formação de sectores-chave para o exercício da cidadania, como a Segurança, a Justiça, a Saúde, a Educação ou a Segurança Social, a Direcção Regional de Igualdade de Oportunidades dos Açores pediu em Abril de 2010 à ILGA Portugal a preparação de duas acções de formação, em S. Miguel e na Terceira, sobre discriminação com base na orientação sexual – que vieram a ocorrer em Julho.



Embora vindo na sequência de acções de formação contra a discriminação em que a ILGA Portugal tinha participado no passado, é de realçar que esta foi a primeira ocasião em que uma instituição pública procurou formação nesta área, oferecendo-a também às instituições parceiras. Trata-se por isso de um primeiro exemplo a seguir, no âmbito de um trabalho longo e exigente para que todas as pessoas possam exercer a sua cidadania de forma plena.

E AINDA MAIS ACTIVIDADES...

No âmbito do Projecto Europeu *Identificar e Combater os Crimes de Ódio Contra as Pessoas LGBT*, coordenado pelo Instituto Dinamarquês dos Direitos Humanos, estamos actualmente na fase de desenho de uma formação para professores/as das Escolas (da PSP e da PJ) e para técnicos/as das referidas forças policiais, agendada para Outubro deste ano, e que focará a integração e inclusão dos direitos e das questões específicas LGBT, no quadro dos Direitos Humanos e da ética da profissão. Para além deste projecto-piloto, continuaremos a ter muitas actividades no

Centro LGBT, incluindo, também em Outubro, a Feira do Livro LGBT, organizada pelo Centro de Documentação. E em Novembro, para além do aniversário do Centro LGBT, teremos a atribuição dos Prémios Arco-Íris 2010, que será mais um ponto alto deste ano histórico na luta pela igualdade. ■

Cidadania, Saúde, Igualdade

APF NORTE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

A Associação para o Planeamento da Família tem estado activamente envolvida, na Região Norte, em diferentes projectos ligados à problemática do Tráfico de Seres Humanos. Após o término do Projecto CAIM, projecto-piloto na área da prostituição e tráfico de mulheres para exploração sexual, financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL – no qual integrou a parceria de desenvolvimento num trabalho de estreita colaboração com a CIG –, a Delegação é actualmente responsável pela gestão da Equipa Multidisciplinar e do Centro de Acolhimento e Protecção a Mulheres Vítimas de Tráfico de Seres Humanos e seus filhos menores.

No início de 2010, viu aprovado e está a desenvolver o projecto *ALERTA TSH – Conhecer, sensibilizar e agir para o Tráfico de Pessoas*, uma candidatura feita ao Eixo 7 do POPH/QREN.

Tendo como base o I Plano Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), a principal finalidade é desenvolver uma intervenção ao nível da prevenção junto da

população jovem adulta da Região Norte, através de uma estratégia de disseminação do conhecimento e sensibilização para este e outros crimes associados, reforçando a necessidade de promoção dos direitos humanos, da igualdade de género, da autodeterminação e da dignidade humana. Foi definida uma rede de parceiros estratégicos para o desenvolvimento do referencial teórico e participação transversal ao longo da intervenção, da qual fazem parte o OTSH, a OIM, o ACIDI e os órgãos de Polícia Criminal. Para a implementação das acções de sensibilização, a APF recebeu uma resposta positiva para o início de trabalho conjunto com a Delegação Norte do IIEFP, desenvolvendo acções nos diferentes centros de emprego da região.

Os protocolos em curso para a concretização de formação inter-pares dirigem-se às Universidades, no sentido da apropriação e disseminação por parte dos próprios jovens. Até 31 de Dezembro de 2012, será ainda realizado um grande número de acções em escolas, de forma a dotar uma amostra significativa da população jovem adulta da Região Norte com conhecimentos, trabalho de valores, atitudes e comportamentos

sobre temas como a emigração protegida e informada no âmbito de oportunidades de emprego, recrutamento, políticas e leis vigentes nos países de origem e destino e ainda direitos dos migrantes; factores de risco e consequências de um percurso de vitimação como tráfico de pessoas; diferenças entre prostituição, exploração sexual, auxílio à imigração ilegal e tráfico; direitos das pessoas traficadas e o sistema de sinalização, identificação e assistência, entre outros.

APF ALENTEJO PARENTALIDADE E GÉNERO

Numa sociedade em constante mutação, em que os tipos de famílias variam constantemente, bem como as exigências com que são confrontadas ao nível das competências, houve a necessidade de estabelecer espaços de encontro entre famílias, com vista a criar situações propiciadoras de debate, de reflexividade, de confronto e de partilha, que permitam melhor compreender os significados e desenvolver as competências necessárias para o exercício da maternidade e paternidade.

ROTEIRO 3456 Dizer sim ao Desenvolvimento e à Cidadania Global

A Associação para o Planeamento da Família com o apoio do Instituto Português de Cooperação e Desenvolvimento (IPAD) e o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e em parceria com a Associação das Nações Unidas de Portugal, Concelho Nacional de Juventude e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas está a levar a cabo o projecto *Roteiro 3456 Igualdade, Saúde, Cidadania e Desenvolvimento*.

A campanha do *Roteiro 3456* alerta para a necessidade de cada pessoa em Portugal, incluindo parlamentares, decisores políticos e técnicos, lideranças juvenis, nas associações, nos média e a população em geral, ser interveniente e actuante enquanto cidadão e cidadã na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em risco de não serem alcançados até 2015, ao nível da Saúde Sexual e Reprodutiva, com impacto na Igualdade de Género e Oportunidades, Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social, aspectos essenciais à boa concretização dos Direitos Humanos.

Para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a manutenção das raparigas nos sistemas de ensino, o reconhecimento do contributo das mulheres para as economias e para a paz, a igualdade de género e saúde sexual e reprodutiva com acesso a cuidados e programas de prevenção são fundamentais. Assim como o acesso a serviços e cuidados no contexto da igualdade de oportunidades pelo fim à violência, como violência doméstica, mutilação genital feminina, casamentos forçados, e a promoção da

maternidade segura com o essencial planeamento familiar, entre outros. Falamos e propomos que falemos, escrevamos, debatamos, actuemos pelos direitos e compromissos em prol da Igualdade, Saúde e Desenvolvimento contemplados nos diferentes acordos internacionais, regionais e nacionais.

Estamos a 2/3 do tempo entre a assinatura dos compromissos que substanciam os ODM e o prazo dado para o seu cumprimento. Faltam 5 anos... A avaliação do cumprimento dos ODM está distante de ser positiva para as economias e desenvolvimento. Muito tem sido feito, mas insuficiente para o muito que há a fazer e é exigido nos quotidianos de milhões de pessoas. As razões estão não apenas nas opções políticas, nos conflitos armados, nas catástrofes naturais, mas sobretudo porque não estão reunidas as verbas e vontades necessárias e prometidas pela comunidade de doadores.

A Cimeira do Milénio, realizada em Setembro na Nações Unidas, é fundamental para acelerar os progressos nos ODM, nomeadamente nos ODM 3, 4, 5 e 6 e será a última oportunidade para que revisões e mudanças significativas aconteçam no quadro dos ODM, com respectiva identificação de lacunas e respectivo acelerar de esforços e progressos.

A campanha *Roteiro 3456* distribui a nível nacional os postais alusivos aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio com os quais Portugal está comprometido até 2015:

Neste sentido, a APF desenvolve há mais de um ano, na Região Alentejo, um projecto designado *Entre Nós*, financiado pelo POPH. Este projecto, dirigido a grávidas, mães, pais, futuros pais, jovens ou adultos, e outros acompanhantes/familiares, facilita o acesso a informação e aconselhamento na área da saúde sexual e reprodutiva, promovendo a conciliação entre a vida familiar e laboral.

Com o objectivo de poderem desempenhar mais adequadamente as suas funções, os destinatários do projecto *Entre Nós* têm também acesso a programas de formação nas seguintes áreas: conciliação da vida familiar/vida laboral, igualdade de género, direitos sexuais e reprodutivos, planeamento familiar, educação sexual, prevenção de abusos sexuais e violência doméstica.

Estes programas de formação são constituídos por *workshops* que têm em conta as necessidades específicas de Saúde Sexual e Reprodutiva e onde homens e mulheres podem desenvolver competências para o exercício da maternidade e paternidade, reforçar os factores protectores de cada família e promover uma vivência positiva da saúde e da sexualidade.

Com o *Entre Nós* aumentamos o interesse, envolvimento e responsabilidade sobre a saúde dos jovens e adultos do sexo masculino, intervindo sobre uma questão de equidade ligada ao género, em que os

benefícios a alcançar favorecerão não só os jovens e adultos do sexo masculino, mas também as raparigas, as mulheres, as crianças e os homens do presente e do futuro.

APF ALGARVE SEXUALIDADE E GÉNERO

O projecto *Em Pé de Igualdade* da APF Algarve consiste no desenvolvimento de um conjunto de acções de sensibilização sobre a temática *Sexualidade e Género*, contribuindo para que rapazes e raparigas possam ver-se e sentir-se como iguais, com as mesmas possibilidades e direitos na escolha de projectos de vida e nos seus percursos pessoais, escolares e profissionais. Que sejam igualmente capazes de fazer escolhas livres, reflectidas e saudáveis na sua vida sexual e reprodutiva, apelando para um exercício responsável da sexualidade em todas as etapas do ciclo de vida, tendo como finalidade prevenir a ocorrência de gravidez na adolescência, de novas infecções por VIH e outras IST e relações de poder desequilibradas, produtoras de situações de violência, e que residem grandemente em estereótipos de género severamente enraizados em homens e mulheres e que colocam estas últimas em situações de grande vulnerabilidade. Para o efeito, têm vindo a ser realizadas Acções de Sensibilização/Conscien-

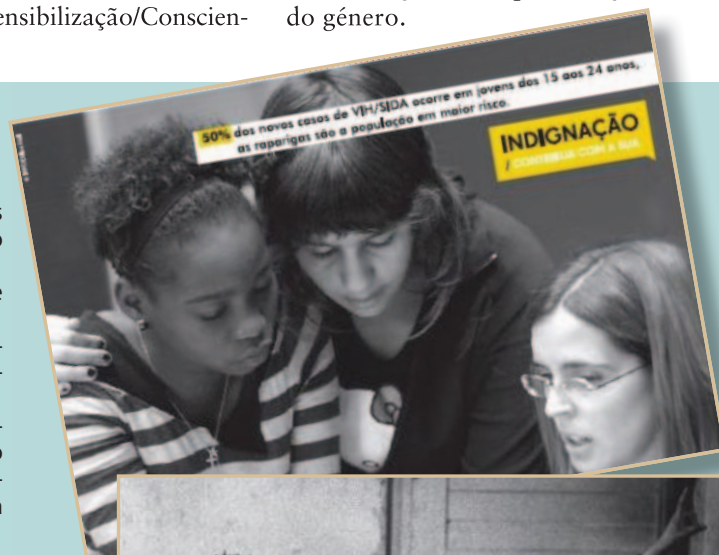
cialização/Ação com uma duração de 12 horas cada, das quais 6 horas são dirigidas ao tema da Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos e Prevenção de Comportamentos de Risco, sendo as restantes 6 horas dirigidas à temática da Igualdade de Género. Os jovens abrangidos têm idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos, e são provenientes de classes sociais mais desfavorecidas, não integrados no Sistema Educativo e rapazes e raparigas em situação de institucionalização.

O projecto promove também Acções de Sensibilização na Temática *Igualdade de Género*, com a duração de 12 horas, dirigidas a estudantes das diferentes Universidades do Algarve. Tentando criar momentos de reflexão/acção acerca da introdução desta temática nas diferentes áreas profissionais, fomentando uma participação equilibrada entre homens e mulheres na esfera pública, assegurando simultaneamente a igualdade de tratamento e de acesso de todas as pessoas a diferentes serviços, independentemente do sexo.

É ainda nossa intenção neste projecto, dar relevo à adopção de uma linguagem inclusiva que integre o sexo feminino e masculino de uma forma equilibrada, conducente a uma eficaz reformulação das representações sociais do género.

- ODM 1** Erradicar a pobreza extrema e a fome.
- ODM 2** Alcançar universalmente o ensino básico.
- ODM 3** Promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Eliminar as disparidades com base no género em todos os níveis de ensino até 2015.
- ODM 4** Reduzir a mortalidade infantil. Reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade em crianças até aos cinco anos de idade.
- ODM 5** Melhorar a saúde materna. Reduzir em 3/4 a taxa de mortalidade materna. Alcançar o acesso universal aos cuidados de saúde reprodutiva.
- ODM 6** Combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças. Parar e inverter a propagação VIH/SIDA. Alcançar até 2010 o acesso universal ao tratamento para o VIH/SIDA para todas as pessoas que dele precisem. Parar e inverter a actual incidência da malária e outras doenças.
- ODM 7** Assegurar a sustentabilidade ambiental.
- ODM 8** Parceria global para o Desenvolvimento.

Com os quatro postais, com o restante material e com as demais actividades do *Roteiro 3456* esperamos contribuir para que a indignação mobilize vontades, iniciativas e mudanças que começam pela consciência e tomada de posição de cada um de nós na escola, na rádio, na televisão, no bancada do parlamento, no gabinete, em casa, nos espaços públicos, mas sobretudo que sejamos capazes de mobilizar para que os orçamentos sejam coerentes e permitam consistência de políticas e programas com que nos comprometemos e são decisivos para Portugal e o Mundo: os **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**.





Retratos de Reinos Desconhecidos

Retrato de uma princesa desconhecida

Para que ela tivesse um pescoço tão fino
 Para que os seus pulsos tivessem um quebrar de caule
 Para que os seus olhos fossem tão frontais e limpos
 Para que a sua espinha fosse tão direita
 E ela usasse a cabeça tão erguida
 Com uma tão simples claridade sobre a testa
 Foram necessárias sucessivas gerações de escravos
 De corpo dobrado e grossas mãos pacientes
 Servindo sucessivas gerações de príncipes
 Ainda um pouco toscos e grosseiros
 Ávidos cruéis e fraudulentos
 Foi um imenso desperdiçar de gente
 Para que ela fosse aquela perfeição
 Solitária exilada sem destino

Sophia de Mello Breyner Andresen

A Amnistia Internacional iniciou o seu trabalho no ano de 1961, mostrando assim que há muitos voluntários que exigem o respeito pelos Direitos Humanos em todo o mundo, sem quaisquer distinções.

Mas a criação deste nosso movimento teve muitas lutas por de trás, que foram basilares para o seu começo, as quais contaram com a dedicação de muitas mulheres à contenda pelos direitos humanos das mulheres, sejam eles civis e políticos ou económicos, sociais e culturais.

Olympe de Gouges será sempre um dos ícones do feminismo e da luta pelos direitos das mulheres, autora da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, em 1791, defendia os direitos civis e políticos das mulheres, pelo que foi condenada à guilhotina. Mas Olympe de Gouges foi uma entre muitas corajosas mulheres que defenderam o devido papel da mulher na sociedade. Mais tarde quem vem simbolizar a nossa República? Uma Mulher. Uma mulher cujo papel havia sido secundário e que agora é reconhecido como símbolo de liberdade. Uma mulher porque foram muitas mulheres que defenderam a igualdade das mulheres antes da República e depois dela, no direito ao voto, no acesso ao trabalho e na igualdade de direitos e deveres no casamento, entre outras tantas áreas.

Por ser fulcral o papel da mulher no mundo, a Amnistia Internacional continua empenhada na defesa dos direitos humanos das mulheres e a combater a discriminação com base no género. Porque mais de 2 milhões de membros acreditam que a violação dos direitos da mulher tem que acabar, a Amnistia Internacional em 2004 lançou uma grande campanha *Acabar a Violência sobre as Mulheres*, cujo âmbito era lato, e ao longo destes anos abarcou inúmeros aspectos sobre a discriminação e violência com base no género, tendo colhido frutos muito satisfatórios.

Leis alteradas, novas leis aprovadas, situações de facto modificadas sempre visionando o respeito pelos direitos das mulheres e a sua não discriminação.

Apesar dos resultados, em 2009 a campanha *Acabar a Violência sobre as Mulheres* finalizou, mas isto não significa que as preocupações sobre o género cessaram. Antes pelo contrário, no âmbito da campanha *Exija Dignidade* falamos das mesmas problemáticas de género, nomeadamente da pobreza no feminino. Ainda hoje em dia as mulheres são objecto de atitudes machistas, sexistas, da discriminação em geral, e por isto ainda são elas que representam a maior percentagem da pobreza no mundo, seja ela absoluta ou relativa. Sabemos que ainda muito há para fazer e que as lutas ganhas de outrora ainda se encontram a meio caminho. Temos que continuar a observar e a apontar, exigindo que as relações de género se tornem justas e igualitárias.

A discriminação legal e de facto fecha as portas às mulheres que são sujeitos plenos de direitos, e por isso ainda vimos mulheres a serem magoadas, mutiladas, afastadas do acesso à educação, emprego ou saúde, com base em crenças inusitadas.

Vejam a campanha europeia da Amnistia Internacional *Fim à Mutilação Genital Feminina*, que pretende acabar com um flagelo antigo, justificado por crenças irracionais sobre o papel da mulher (ver www.endfgm.eu). Não podemos normalizar este tipo de comportamentos só porque não nos afectam directamente ou porque julgamos que não podemos fazer a diferença. A máxima irrefutável é que defendendo os direitos humanos de alguns, defendemos os direitos humanos de todos. Os direitos humanos são interdependentes e universais, e devemos dar voz, pela nossa voz, a quem está «amordaçado».

Como ficar sereno em casa quando 70% das mulheres no mundo são pobres, muitas são sujeitas a práticas desumanas, tais como o corte dos genitais femininos, o apedrejamento por adultério, a violência perpetrada pelos que lhe são mais queridos, no «conforto» do seu lar, ou são traficadas para exploração quando só queriam procurar uma vida melhor e fugir da pobreza que as cerca? Como ficar alheio?

Por isso a Amnistia, mesmo tendo finalizado a Campanha *Acabar a Violência sobre as Mulheres* continuará a trabalhar transversalmente a questão do género em todas as suas campanhas. Mais além do respeito e concretização dos direitos humanos, não podendo esquecer as lutas de outrora, temos que destacar as lides dos dias de hoje e falar dos defensores de direitos

humanos que muitas vezes arriscam as suas próprias vidas por esta causa tão nobre, a defesa da dignidade humana.

E como em tempos idos, hoje em dia, muitas mulheres fazem parte deste grupo, como Claudia Lema, no Peru, Amina Janjua, no Paquistão e muitas outras cujo nome não se conhece, mas que se dedicam a esta causa (ver www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=1407&Itemid=98). Todos podemos ser defensores de direitos humanos e juntarmo-nos a uma equipa de pessoas «que acredita» em <http://estadiovirtual.amnistia-internacional.pt/>.

Queremos acreditar ser possível afastar os «exílios solitários sem destino» e deixar de desperdiçar gente e suas vidas. ■



Em movimento, sonhar e viver melhor!

A actividade do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) em 2010 tem sido pautada pela intensidade, por novos e constantes desafios e por um esforço crescente por ir ao encontro das mulheres e seus questionamentos.

Em Maio, o MDM realizou o seu VIII Congresso, na Voz do Operário, em Lisboa, que contou com a participação de mulheres de todo o país e que constituiu um momento alto de reflexão e intervenção, na construção de um Movimento maior, melhor, ainda mais reivindicativo e actuante. No contexto de grave crise económica e financeira que atravessa o país e o mundo, aprofundando e agravando as desigualdades sociais, e, tendo em conta os evidentes retrocessos no estatuto social e económico das mulheres, o MDM procurou no seu Congresso actualizar a análise da situação das mulheres portuguesas e do mundo, alargar a dinâmica nacional e local do Movimento na luta por reivindicações em vários domínios, mobilizar as mulheres para uma maior participação na defesa dos seus direitos, reforçar a acção de solidariedade com as organizações de mulheres de outros países, entre muitos outros objectivos.

Do VIII Congresso saiu um MDM reforçado, com novos órgãos de direcção de que fazem parte mulheres de Norte a Sul do país e de várias profissões e idades, e um conjunto de documentos aprovados que orientarão a acção e intervenção do Movimento neste novo mandato. Das propostas colocadas à discussão e aprovadas no congresso, destacam-se a *Declaração às Mulheres Portuguesas*, o documento enquadrador *Em Movimento – Sonhar e viver melhor, Mulheres pela Igualdade* e várias moções sobre questões fundamentais da actualidade nacional e internacional. Estes documentos e as três dezenas de intervenções temáticas e sectoriais reflectem o estudo da situação actual, colocam em evidência o posicionamento do MDM relativamente a muitas matérias e, fundamentalmente, formulam propostas e apontam caminhos para o futuro. Com humildade e empenho, o

Congresso procurou responder às necessidades urgentes de defesa do direito ao trabalho e independência económica, na defesa do estatuto de igualdade social, bem-estar e felicidade das mulheres, percorrendo os seus problemas bem como as questões económicas, sociais, políticas, culturais e filosóficas que se levantam nos dias de hoje.

Mas o VIII Congresso do MDM foi também espaço e tempo de alegria, de animação, de arte e cultura, destacando-se a Festa de Solidariedade, que encerrou os trabalhos e que contou com a participação de vários artistas, e a pintura ao vivo, durante o Congresso, de uma tela da pintora Dília Fraguito Samarth intitulada *Mulheres como fonte de vida, pela igualdade e a paz*. Esta obra colectiva, com contributos de congressistas e convidadas internacionais, traduz a nossa forma de fazer e viver o mundo, de reivindicar e exigir uma vida diferente e foi oferecida à Assembleia da República, na pessoa do seu Presidente, conjuntamente com toda a documentação aprovada no congresso.



Neste VIII Congresso participou uma importante delegação das mulheres sarauís (a secretária-geral da União Nacional das Mulheres Sarauís e uma deputada do parlamento sarauí) bem como delegações de organizações de África e da Europa da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e a organização italiana Osservatorio Choisir.

A pesar de todo o trabalho preparatório, de realização e de posterior divulgação que um congresso acarreta, o MDM tem concretizado diversificadas actividades. Assim, o projecto *Uma vida de trabalhos? Trajectórias Profissionais e Participação das Mulheres*, desenvolvido pelo núcleo do Porto, realizou duas iniciativas, uma sob o lema *A participação das mulheres no poder local e no movimento associativo*, em São Pedro da Cova, e outra sobre *A precariedade das Jovens Trabalhadoras: consequências na evolução da carreira profissional – desperdício intelectual das jovens licenciadas*, na FNAC de Santa Catarina.

Foram apresentados publicamente os novos projectos do MDM: *Ao Encontro das Mulheres de Braga – do pessoal ao mediático*, posto em prática pelo núcleo de Braga, e *Saúde da Mulher – Construir a Igualdade*, realizado pelo núcleo de Évora. Nestas iniciativas foram divulgados os objectivos e actividades previstos nestes projectos, desenvolvidos pelo MDM no âmbito do QREN/POPH.

O MDM também tomou uma posição pública contra o aumento dos preços e um nível de vida cada vez mais precário que levantam novos obstáculos à dignidade e à emancipação a que as mulheres aspiram e por que lutaram, com a entrada em vigor do aumento do IVA, em 1 de Julho. O protesto, junto à residência do Primeiro-Ministro, contou com a participação de muitas mulheres que expressaram o seu repúdio contra a degradação da sua qualidade de vida, na defesa da participação em igualdade e de uma justiça social sem discriminações.

Outra das medidas postas em prática pelo Governo no início de Agosto (as alterações às regras de atribuição das prestações sociais) motivou um veemente protesto do MDM, denunciando o corte cego e injusto feito a quem e quando mais precisa. Prestações fundamentais como a acção social escolar, prestações por encargos familiares, as pensões sociais de velhice e invalidez, a comparticipação de



medicamentos e pagamento de taxas moderadoras entre outras, afectarão mais as mulheres e disso se deu conta ao chefe do Governo, através de reunião com o seu assessor para os Assuntos Sociais.

O encerramento de centenas de escolas, em todo o país, justificou também a tomada de posição do MDM, sobre o impacto destas medidas para as famílias, incluindo as famílias monoparentais, e as comunidades mais isoladas. Por outro lado, estas medidas trazem obrigatoriamente o desemprego de docentes e não docentes e criam novos encargos, sem contrapartidas, às já debilitadas finanças das autarquias que pretenderem colmatar esta difícil situação. O MDM, acompanhando a indignação das famílias, exige a imediata suspensão do encerramento destas escolas e uma política que verdadeiramente apoie os direitos das crianças e uma educação pública, para todas e todos.

A tentativa de encerramento das urgências de Pediatria dos Hospitais de Setúbal e do Barreiro também exigiu do MDM uma pronta resposta e denúncia, que levou a um volte-face da Ministra da Saúde relativamente a estas medidas que viriam penalizar, de forma dramática, as condições de assistência hospitalar de muitas crianças e a vida das famílias da Península de Setúbal e do sul do país.

Os assuntos internacionais também têm continuado a pautar a agenda do

MDM. A delegação de Mulheres Saraúis que participou nos trabalhos do VIII Congresso deslocou-se a várias regiões para encontros e iniciativas com autarquias, associações, sindicatos. Foi recebida também pela Secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais. A exposição do MDM *Olhares femininos sobre as mulheres do Sahara Ocidental* continua a percorrer o país, divulgando a realidade da vivência nos acampamentos de refugiados do povo sarauí.

O acto público que decorreu numa praça no Porto, *Todos somos Palestina - solidariedade com o povo palestino*, organizado pelo Movimento pela Paz, contou com a participação do MDM e a sua exposição *Mulheres da Palestina - São rostos de mulheres que resistem e lutam*. Esta exposição esteve ainda em Grândola, em Julho, onde foi comentada num debate co-organizado pelo MDM e a Junta de Freguesia, a propósito do tema Mulheres e a Paz, tema que será aprofundado no seminário internacional que o MDM organiza no dia 23 de Outubro, em Lisboa.

Na busca de uma história que dê visibilidade ao papel das mulheres e das suas organizações, o I Centenário da República, é abordado pelo MDM numa perspectiva feminina e feminista. Pode e deve ser aliado a um outro

centenário: o do Dia Internacional da Mulher, proclamado em 1910 por Clara Zetkin, a que o MDM deu grande relevo nas celebrações do dia 8 de Março e também no seu Congresso.

No seminário intitulado *A República: as lutas e o movimento de mulheres*, programado para 9 de Outubro, no Fórum José Manuel Figueiredo, na Baixa da Banheira, o MDM dá o seu contributo para mostrar como as lutas das mulheres trabalhadoras e todo o movimento das mulheres, que então emergiu, tiveram uma inegável repercussão social e política na caminhada pela igualdade e emancipação das mulheres ao longo destes 100 anos. ■



Igualdade de género e a juventude:

A Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens assume-se como uma organização que congrega duas áreas de intervenção: a igualdade de género e a juventude. O nosso foco principal é, assim, a promoção do *mainstreaming* de género na área da juventude, trabalhando quer com jovens individuais quer com organizações desta área. Deste modo, nos últimos meses, tem vindo a desenvolver diversas actividades, em várias zonas do país, com diferentes públicos.

Em Fevereiro do presente ano, a REDE foi convidada pelo Núcleo de Estudantes de Educação da Universidade do Minho (NEDUM) para dinamizar um *workshop* intitulado *Igualdade de Oportunidades* para as/os participantes do III ENECE (Encontro Nacional de Estudantes de Ciências da Educação e da Formação), em Braga (assegurado por Catarina Arnaut e Patrícia São João). Neste *workshop* inscreveram-se estudantes de diferentes universidades: Universidade do Minho, Universidade de Lisboa e Universidade do Porto.

Através de metodologias activas de educação não-formal, abordaram-se questões como: a diferença entre sexo e género, a sub-representação das mulheres na política e nos cargos de tomada de decisão, a genética vs construções sociais/socialização, a discriminação múltipla, os estereótipos e igualdade de oportunidades. As/os participantes sugeriram que a REDE dinamizasse *workshops* junto de escolas e universidades, nomeadamente com estudantes de Educação, uma vez que consideraram este método eficaz e interessante.

A 8 de Março, no âmbito da comemoração dos 100 anos da proclamação do Dia Internacional das Mulheres, a REDE promoveu acções de rua, no Porto e em Lisboa.

A acção de rua no Porto, dinamizada pelas jovens mentoradas da segunda edição do projecto *de Mulher para Mulher* (dMpM2), designou-se *100 Desigualdades* e foi dirigida a mulheres e homens de todas as faixas etárias que desejassem participar. Nesta iniciativa participaram activamente 624 pessoas na actividade *Já pensou no que fazer hoje?* As opiniões dividiram-se



entre as opções disponíveis: *Mudar* (120), *Reflectir* (115), *Agir* (389). Estes números levaram-nos a crer que as cidadãs e os cidadãos compreendem a premência e a necessidade de produzir «acção» para termos uma atitude/comportamento proactivo no que concerne às questões da igualdade de género. Mulheres e homens, de todas as faixas etárias, foram abordadas/os durante a acção na Rua de Santa Catarina, de forma a potenciar uma sensibilização através de uma conversa informal onde se tentou esclarecer a importância e o significado da comemoração do Dia Internacional das Mulheres.

A dinamizar esta acção estiveram as mentoradas do projecto Ana Carla Amorim, Catarina Mendes, Joana Soares, Joana Topa, Márcia Bartolo, Margarida Bessa, Mariana Moutinho, Marisa Macedo, Núria Rodrigues, Renata Coelho e Rita Machado, juntamente com a Equipa Técnica do dMpM2 Porto e uma voluntária, Paula Rodrigues.



A acção de rua em Lisboa, dinamizada pelas mentoradas do projecto, designou-se *Igualdade, Paridade, Acção!* 600 lisboetas receberam das mãos de algumas mentoradas do dMpM2 Lisboa o jornal informativo sobre o Dia Internacional das Mulheres Ana Velez, Catarina Correia, Dalila Santos, Denise Camacho, Evódia Gomes, Helena Magalhães, Jaqueline Silva, Margarida Machado, Neuza Oliveira, Sofia Gomes e Tânia Spranger circularam pela Baixa da capital, interagindo com a população e propondo uma reflexão acerca de Igualdade, Paridade e Acção.

Ainda neste dia, pela hora de almoço, as mentoradas estiveram na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, onde chamaram a atenção para a

igualdade, paridade, acção!



necessidade de se assinalar o Dia Internacional das Mulheres através de uma sequência de cartazes. Com as mentoradas, nesta acção, esteve também um voluntário, Bruno Góis, uma voluntária da REDE, Nora Kiss, e a Equipa Técnica do dMpM2 Lisboa.

Ao longo do mês de Março, foi igualmente endereçado um convite à REDE para dinamizar uma sessão de sensibilização na Associação Mocidade Cristã em Setúbal, com mulheres e homens. No decorrer desta actividade, levada a cabo pela mentorada Ana Velez e por um elemento da Equipa dMpM2 Lisboa, foram utilizadas metodologias de educação não formal, com o objectivo de distinguir «sexo» e «género», explorar os papéis sociais de género e contribuir para a eliminação de estereótipos sexistas.

A REDE esteve também presente no Encontro Ibérico e Mostra de Produtos no âmbito do projecto *Mantém-te Firme* promovido pela Fundação ADFP, de Miranda do Corvo. Este evento proporcionou uma partilha de boas práticas através da apresentação de vários projectos que estão a ser implementados de norte a sul do país, co-financiados pelo Fundo Social Europeu (Eixo 7, Igualdade de Género). Houve também oportunidade para apresentar o dMpM2, bem como os seus produtos. A acompanhar a Equipa Técnica do dMpM2 Porto estiveram três mentoradas deste projecto, a Márcia Bartolo, a Mariana Moutinho e a Renata Coelho.

Ainda em Março, foi realizada uma sessão de sensibilização (assegurada por Catarina Arnaut e Patrícia São João) para alunas/os do 3.º ano da licenciatura em Serviço Social, da disciplina de Exclusões Sociais, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

A REDE foi contactada no sentido de se proporcionar às/ aos estudantes o contacto com uma associação que trabalhasse questões que, de alguma forma, não estão presentes no currículo da licenciatura, como forma de tornar estas/es técnicas/os em formação mais conscientes na sua futura intervenção. Através de dinâmicas de educação não-formal foi analisada a evolução histórica dos direitos humanos das mulheres e desenvolvido o interesse pelo conhecimento de diferentes processos e referências históricas do movimento feminista, bem como de algumas questões e conceitos relacionados com a igualdade de género.

Já em Maio, a REDE foi convidada, através de uma docente da Escola Secundária de Sintra, para dinamizar uma sessão de sensibilização, na qual foram trabalhadas as seguintes questões: género e socialização de género, género e desigualdade social e formas de discriminação associadas ao género. Esta acção foi dinamizada pela mentorada Tânia Spranger e por uma técnica do dMpM2 Lisboa.

Para finalizar, refira-se que a REDE foi convidada a integrar a organização da 5.ª Marcha do Orgulho LGBT no Porto, em Janeiro do presente ano. A participação da REDE (assegurada por Patrícia São João) foi no sentido de dar visibilidade às questões das mulheres, mormente na sua relação com as questões da juventude, contribuindo ainda para assegurar a utilização de linguagem inclusiva nos materiais de comunicação produzidos pela organização.

A REDE integrou também o grupo de trabalho de construção do manifesto desta iniciativa. A Marcha saiu à rua no dia 10 de Julho, na cidade do Porto, na qual estiveram presentes algumas mentoradas do dMpM2 Porto (Márcia Bartolo, Mariana Moutinho, Renata Coelho e Rita Machado). Houve ainda oportunidade para se fazer uma breve intervenção, no final, na qual a REDE quis sublinhar não só os motivos de celebração, mas também a importância de se participar activamente na reivindicação e no desejo de mudança.

A REDE esteve também envolvida na organização da iniciativa *Levanta-te Porto*, realizada no dia 18 de Setembro no âmbito do Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).



NOTA

Na edição anterior da revista Notícias, da CIG, foi disponibilizado à REDE um espaço de divulgação das suas actividades enquanto ONG promotora dos Direitos Humanos das Mulheres na área da Juventude. Por lapso, não foi referido o projecto de intervenção *A dois é melhor!*, de Ana Ramada e Ana Velez, mentoradas do projecto de Mulher para Mulher - 2.ª Edição. Para mais informações, consulte: <http://demulherparamulher.redejovensigualdade>

Economias solidárias no feminino

A Acção para a Justiça e Paz (AJPaz) é uma ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento) cujo objectivo se concentra na construção de uma Cultura de Paz, baseada no respeito pelos Direitos de todas as Pessoas, na Democracia Paritária, Inclusiva e Participativa, na Justiça Cognitiva e Social e num Ambiente Saudável capaz de dar e preservar a Vida.

O trabalho desta associação, localizada numa pequena comunidade dada pelo nome de Granja do Ulmeiro, continua a reger-se pelos seus princípios fundadores, como a promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens; o reforço do papel da Mulher na sua esfera laboral, social e doméstica; respeito pelos Direitos Humanos; formação e sensibilização de públicos estratégicos nas áreas da Igualdade de Género, Economias Solidárias, Consumo Responsável e Sustentabilidade Social e Ambiental. É uma instituição assumidamente pacifista e feminista actuando, essencialmente junto de jovens, mulheres e comunidades *glocais*, sobre a égide da Igualdade, Justiça e Paz.

A maior parte das/dos nossas/os destinatárias/os são mulheres adultas e idosas cujas tarefas variam entre o trabalho doméstico e o cuidado das/dos filhas/os e maridos. No entanto, especialmente no que concerne à formação, podemos também contar com jovens e adultas/os, que procuram junto de nós novas perspectivas e oportunidades de contribuir para a construção de um mundo francamente melhor. A finalidade do nosso trabalho seja com as mulheres, seja com homens, centra-se na necessidade de trabalharmos a diferença, de modo a aceitá-la como Igual e, assim, inclui-la na nossa prática quotidiana.

Actualmente, para além dos cursos de formação transversais à prática da associação, a AJPaz tem três projectos em curso. O projecto *Lés-a-Lés – Solidariedade Glocal*, co-financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), que pretende valorizar o potencial existente no concelho, com o objectivo de, junto de decisoras/es políticas/os e opinion-makers, repensar estratégias propiciadoras de melhorias para o território, de modo a permitir fazer face à adversidade e aos efeitos da globalização capitalista, promotora de profundas desigualdades. Este projecto pretende contribuir para uma sociedade sensível e mobilizada e para a prática de uma cidadania global, visando o reforço dos modelos sustentáveis de desenvolvimento social e económico, dando a conhecer e, com isso facilitar, o acesso a alternativas económicas e solidárias.

O projecto *Lider@: Dinâmicas de Sustentabilidade Local Lideradas por Mulheres*, financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) pretende reforçar estratégias locais de promoção da Igualdade de Género com a finalidade de capacitar as mulheres para a participação pública e social. Assim, o projecto *Lider@* visa promover o papel das mulheres, em especial as mulheres do meio rural, na gestão das comunidades locais, fomentando mecanismos de melhoria concreta das suas condições de vida, baseados em alternativas económicas em escala de proximidade, contemplando também a formação e educação de pessoas adultas ao longo da vida.

A Mercearia Solidária, iniciativa financiada pela Fundação EDP, é o nosso projecto mais recente, cujo objectivo se centra no incremento da sustentabilidade do concelho de Soure, cumprindo com os

pressupostos das Economias Solidárias. Este projecto conta com uma infra-estrutura socioeconómica, pioneira em Portugal, promotora do empreendedorismo local, em especial o das mulheres, e a criação de parcerias territoriais de prevenção e combate à pobreza e à exclusão social. Qualifica-se por ser um espaço que conjuga a dimensão da Economia Solidária com outras actividades fundamentais ao sucesso da experiência, como sejam a informação, formação, educação para a cidadania, empreendedorismo, empregabilidade, Igualdade de Género, diversidade e não-discriminação, assim como, a criação de pequenos negócios.

O trabalho em rede é, para nós, uma estratégia e um valor político e humano basilar, do qual não abdicamos. Porque sabemos, e aceitamos com humildade, que as nossas maiores preocupações são apenas algumas das muitas que animam as lutas e as resistências de pessoas e grupos, consideramos imprescindível aliarmo-nos aos mais variados movimentos e redes, de forma a ter novas perspectivas e enquadrarmo-nos nos novos/outros contextos políticos, sociais e culturais a que assistimos na sociedade actual. O trabalho em rede tem de ser capaz de atravessar todos os movimentos, todos os territórios e todos os temas que nos preocupam.

Importante será dizer que a AJPaz adoptou, desde muito cedo, a disseminação de Conhecimento como o transporte mais privilegiado das nossas aprendizagens. Por isso, apostamos na sistematização e re-invenção do conhecimento formal e académico partindo das experiências práticas de terreno para a concepção de conhecimento empírico que poderá depois ser disseminado e aprofundado. Assim, ao contrário da filosofia individualista que a sociedade moderna parece ter adoptado, a AJPaz, na seu discurso optimista pela construção de um mundo melhor, acredita encontrar mais vantagens na partilha das suas estórias, do que na sua apropriação.

Todo o trabalho desenvolvido pela AJPaz, seja através dos projectos desenvolvidos ou dos públicos que abrange, visa a construção declarada de uma sociedade mais justa e igualitária, democrática e inclusiva na sua prática. Por tudo isto, também as nossas acções têm de ser partilhadas e solidárias, porque todas elas fazem parte da construção de Um Outro Mundo que é possível! ■



LIDER@

DINÂMICAS DE SUSTENTABILIDADE LOCAL LIDERADAS POR MULHERES

ECONOMIAS SOLIDÁRIAS

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

IGUALDADE DE GÉNERO



Preservar o que de melhor há da nossa terra

De âmbito nacional, a MARP assenta na experiência e motivação dos seus técnicos e dirigentes bem como na colaboração que estabelece com as estruturas locais, sociais e rurais.

Com o Projecto RUMO XXI enquadrado no QREN – POPH que tem como objectivos, sensibilizar e promover a igualdade de género e a igualdade de Oportunidades e dar a conhecer e sensibilizar que a mulher pode participar de igual forma na vida profissional, familiar e pública.

A mulher deve ser a primeira educadora, professora, zeladora, deve cuidar dos filhos e da casa, e pode ser responsável, ter um trabalho ou pertencer a um grupo de pessoas por puro lazer, distração, convicção pessoal, valorização social ou como ocupação de tempos livres. Este foi o último dos temas debatidos nas sessões de sensibilização com mulheres e jovens do mundo rural, *Vida pública e profissional*.

A participação das mulheres na vida profissional tem aumentado nos últimos anos, a taxa de actividade feminina tem vindo a aumentar face a uma taxa de actividade masculina que tem vindo a reduzir-se ligeiramente. Este aumento deve-se, à evolução do papel da mulher rural na sociedade, que já é encarada não exclusivamente como mãe e esposa, mas como trabalhadora ou empresária.

A mulher, tem tido um papel marcante, embora minoritário na sociedade, uma vez que têm-se dedicado a outras esferas, como a política, a religião, a participação em organizações de solidariedade social, o associativismo, entre outras.

Segundo os alunos auscultados sobre a vida profissional das mulheres, embora a sociedade actual esteja mais equilibrada verificam-se discrepâncias: existem profissões que são ocupadas maioritariamente por homens (ex. engenheiro) e outras por mulheres (ex. enfermeira). Existem ainda poucas mulheres em

cargos de poder (ex. presidente da câmara, directora de uma empresa), há pouca participação das mulheres na vida política e ao nível da religião a sua participação é por tradição limitada. Tudo isto, concluem, surge porque a mulher é vista como um ser delicado, sensível, parcial, emotivo, fraco, daí ser vocacionada para algumas profissões e, para outras, não auferir das qualidades necessárias, poder, autoridade, imparcialidade, força., destreza, preparação física, etc. tão assumidos pela condição física do homem.. Este foi o *feedback* da sessão com a temática *Vida Pública e Profissional*.

A decorrer encontra-se o Projecto *Mulher, campo e trabalho* cujo objectivo é capacitar mulheres de duas freguesias com competências empreendedoras. As primeiras sessões temáticas *Expressão e Comunicação* no âmbito do desenvolvimento do Projecto *Mulher, campo e trabalho* irão ocorrer em Setembro nas freguesias da Aboadela (Amarante)

e Teixeira (Baião). O público-alvo é constituído por cerca de 20 mulheres de cada freguesia, que mostraram vontade de assumir riscos e de desenvolver uma actividade empresarial. A comunicação torna-se o primeiro passo para atingir os objectivos pessoais e profissionais. A capacidade de se expressar e comunicar é uma das principais características da pessoa empreendedora.

A MARP em trabalho conjunto com os nossos associados tem desenvolvido feiras do *Mundo Rural* de maneira a ajudar os nossos produtores e associados a escoar alguns dos seus produtos. A última decorreu no dia 24 de Julho no Horto Quinta do Tronco e tinha como tema *Produtos Regionais*. Além dos produtos hortofrutícolas, as aromáticas, o pão, o vinho, os queijos e a doçaria tradicional têm sido valorizados pelos clientes da cidade de Paredes e do Porto.

Urge, cada vez mais, a necessidade de preservar o que de melhor há da nossa terra. ■



O modelo de intervenção de Duluth e a realidade portuguesa

Muitos dos programas de intervenção na violência doméstica existentes actualmente em diferentes países inspiram-se no Domestic Abuse Intervention Project (DAIP), vulgo Modelo Duluth. O DAIP é um modelo educacional, de raiz feminista, e visa proporcionar uma resposta comunitária coordenada em situações de violência doméstica, articulando a intervenção das diversas instituições (e.g., ministério público, polícias, serviços de saúde, centros de atendimento a vítimas, casas de abrigo, programas de intervenção em agressores, serviços de reinserção social) que lidam com estes casos, defendendo a responsabilização do agressor e da sociedade face à violência doméstica e tendo como prin-

cipal preocupação garantir a segurança da vítima.

No que aos agressores diz respeito, este programa visa ensinar-lhes formas alternativas de se relacionarem com as companheiras e de diminuir a sua tendência para recorrer à violência nas relações de intimidade, responsabilizando-os pelo seu comportamento, educando-os sobre questões relacionadas com o sexismo, a hierarquia patriarcal, o papel da violência, do poder e do controlo nas relações interpessoais e fornecendo-lhes ferramentas de controlo e gestão da raiva, contribuindo para o desenvolvimento de relações interpessoais igualitárias, mais saudáveis e significativas, não-violentas, assentes na partilha e não no medo.

Para apoiar a sua intervenção, o DAIP construiu dois currículos educacionais, um dirigido às vítimas – «In Our Best Interest: a Process for Personal and Social Change» – e outro dirigido aos agressores – «Creating a Process of Change for Men Who Batter». Para além disso, desenvolveu a já muito conhecida e utilizada «Roda do Poder e do Controlo» e a equivalente «Roda da Igualdade», assim como diversos materiais vídeo utilizados na formação dos mediadores que levam a cabo este programa e na intervenção com os agressores.

As alterações recentemente introduzidas no Código Penal Português fomentaram a procura de programas de prevenção da violência doméstica, como pena acessória para os agressores, tornando ainda mais visível a falta de respostas para este problema no nosso país, uma falha que o Modelo Duluth pode ajudar a colmatar. Tendo em conta esta necessidade, a CIG solicitou ao GEAV – Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas – da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, a tradução e adaptação dos materiais do DAIP à realidade nacional, projecto que está a ser realizado ao abrigo do Programa Operacional Potencial

Humano (POPH) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Este projecto encontra-se em fase de conclusão – foram já traduzidos os dois manuais, as rodas e os diálogos que servem de base aos vídeos usados na intervenção, vídeos que estão a ser filmados presentemente, para serem posteriormente testados junto de agressores de violência conjugal. Todos estes materiais estão a ser alvo de um processo de adaptação à realidade social e cultural do nosso país, etapa também em fase de finalização, e serão testados junto de vítimas e de agressores. Foram recolhidas, ainda, junto de vítimas de violência doméstica, narrativas auto-biográficas, descrições pessoais das estratégias de controlo utilizadas pelos agressores e do impacto da violência, entre outras, que foram usadas quer na adaptação dos dois currículos de intervenção, quer na adaptação dos guiões das cenas usadas nos vídeos de formação/intervenção.

Num futuro breve poderá proceder-se, assim, à formação de mediadores e à aplicação e avaliação do Modelo de Duluth em Portugal, um modelo com elevado potencial na transformação de comportamentos e mentalidades, individuais e colectivas, e que, por isso, poderá contribuir significativamente para a redução das taxas de reincidência na violência doméstica e para a protecção das vítimas. Este é um desígnio nacional a que o Plano Nacional Contra a Violência tem procurado dar resposta; o Duluth, um dos mais importantes instrumentos nesse combate. ■

* Celina Manita é Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e Directora do Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas. Este projecto é co-financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano no âmbito da Tipologia 7.7 – Projectos de Intervenção no Combate à Violência Doméstica.





POPH

PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO

**QUALIFICAR
É CRESCER.**

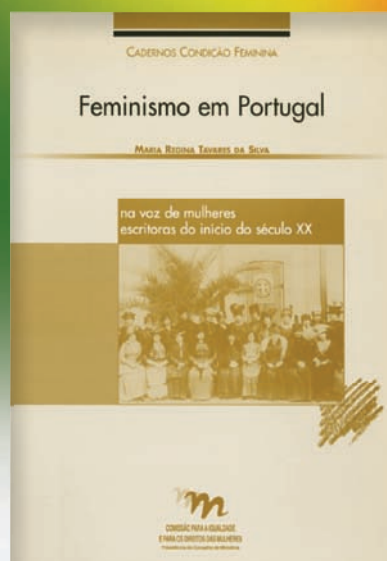
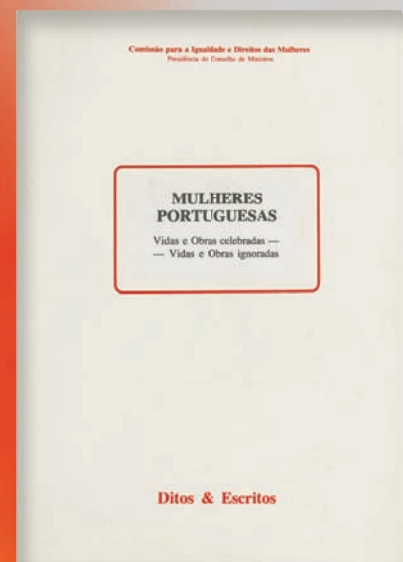
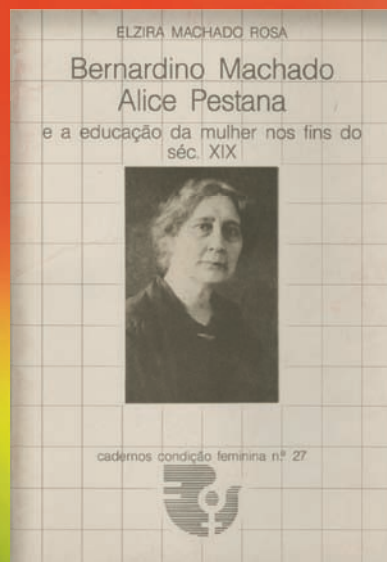
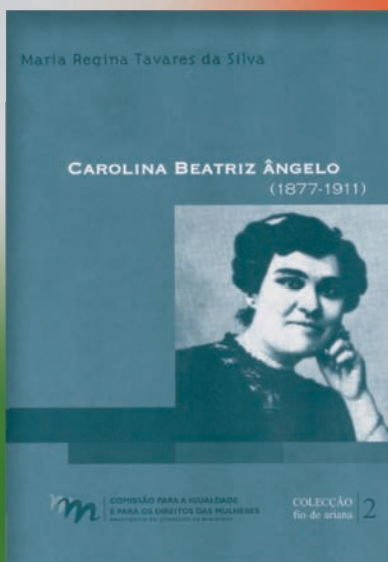
www.poph.qren.pt

QR
EN
QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL2007.2013


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

as mulheres e a república

publicações CIG



A edição do periódico *Notícias - Temas e notícias da cidadania e da igualdade de género* é co-financiada no âmbito do Eixo 7 – Igualdade de Género do POPH/QREN